

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LINCON COELHO DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS REGIONAIS NO MARCO DOS PROCESSOS LIGADOS À
GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO EXTREMO SUL
CATARINESE NOS ANOS 1990 E 2000**

FLORIANÓPOLIS, 2013

LINCON COELHO DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS REGIONAIS NO MARCO DOS PROCESSOS LIGADOS À
GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO EXTREMO SUL
CATARINENSE NOS ANOS 1990 E 2000**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins.

FLORIANÓPOLIS, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota nove 9,5 ao aluno Lincon Coelho dos Santos na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho, com data de aprovação em 04 de dezembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa

Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

*Dedico este trabalho àqueles que me
forneceram a base dos meus
ensinamentos, minha família.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família que sempre me incentivou para que eu estudasse. Minha mãe com seu papel de educadora sempre fornecendo suporte e atenção para o desenvolvimento do meu aprendizado, servindo também como inspiradora e incentivadora do meu gosto pela leitura. Meu pai através de seus ensinamentos e palavras de apoio, na qual de uma nunca me esqueço “Meus filhos a herança que meu pai me deixou é a mesma que passarei a vocês, os estudos”. Meu irmão, no qual acima de tudo considero meu melhor amigo, gostaria de deixar meus sinceros agradecimentos pelas conversas e contribuições ao longo da vida, que me ajudaram a me tornar um ser humano melhor. Também gostaria de agradecer ao meu pai e meu irmão pelo apoio que eles me deram neste trabalho através do auxílio na obtenção de informações.

Agradeço também a minha namorada, que fez parte do início ao fim deste projeto, me acompanhando, incentivando, dando suporte, carinho, amor e também cobrando para que me mantivesse focado no transcórre do trabalho.

Aos meus amigos, sejam os de infância ou aqueles adquiridos ao longo dos meus dias vividos na universidade, gostaria que vocês soubessem que através do companheirismo e dos debates proporcionados ao longo desses anos pude me tornar uma pessoa mais feliz.

Gostaria de agradecer também aos Órgãos regionais, municipais e as empresas entrevistadas, que através das informações e dos dados concedidos ajudaram no enriquecimento do trabalho.

Por fim agradeço a UFSC por ter me proporcionado a oportunidade de vivenciar um ensino de qualidade. Aos professores do curso de Ciências Econômicas que contribuíram diretamente para o crescimento do meu aprendizado, em especial ao meu orientador Hoyêdo, pela sua paciência e contribuição para uma maior qualificação deste trabalho.

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém ainda pensou, sobre aquilo que todo mundo vê”.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

Este estudo tem por objetivo fazer uma análise dos principais processos incidentes na Microrregião do Extremo Sul Catarinense a luz dos acontecimentos relacionados as décadas de 1990 e 2000, apontando os efeitos na região da reestruturação industrial vivenciada pela economia brasileira nos últimos anos. Nesse sentido, foram coletadas informações a partir de fontes de dados nacionais e também junto a atores econômicos e institucionais das indústrias locais, em prefeituras municipais e em órgãos regionais, como a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) e na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Araranguá, buscando uma melhor contextualização do ambiente econômico local. Em cima dessas informações coletadas analisaram-se as atividades econômicas, apontando eventuais alterações que ocorreram, atreladas ao processo de abertura comercial brasileira, o crescimento da mecanização nas atividades agropecuárias, a maior rigorosidade na aplicação e fiscalização das leis trabalhistas entre outros aspectos. Procurou-se também analisar o mercado de trabalho na Microrregião nas duas últimas décadas, fazendo um comparativo entre os dados locais em relação aos dados do estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Globalização. Economia Regional. Microrregião do Extremo Sul Catarinense.

ABSTRACT

This study aims to make a analyze the main processes incidents in Microregion of the Extreme South of Santa Catarina in the light of the events related the decades of 1990 and 2000, pointing the effects of industrial restructuring in the region experienced by the Brazilian economy in recent years. In this sense, information was collected from national data sources and also from along with a actors economic and institutional of local industries, in municipal city hall and in regional organs such as the Association of Municipalities of Extreme South of Santa Catarina (AMESC) and Development Secretariat regional (SDR) Araranguá, seeking a better contextualization of the local economic environment. On top of this information collected were analyzed economic activities, pointing possibles changes that have occurred, linked to the process of trade opening in Brazil, the growth of mechanization in farming activities, the greater rigor in the application and oversight of labor laws among other aspects. Sought to analyze the labor market in the Microregion in the last two decades, making a comparison between the local data relative the data of the state of Santa Catarina.

Keywords: Globalization. Regional Economy. Microregion of the Extreme South of Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa delimitando as divisões territoriais no “Mercosul de direito” e “Mercosul de fato”	21
Figura 2 – Os Caminhos do Gado (Século XVIII)	31
Figura 3 – Caminho dos Tropeiros de Conventos à Curitiba	33
Figura 4 – Colonização Italiana na mesorregião sul de Santa Catarina	35
Figura 5 – Colonização Alemã em Santa Catarina	36
Figura 6 – Comércio de confecções, calçados e têxteis na rodovia BR-101 – Sul de Santa Catarina, 2000.....	45
Figura 7 – Mapa político da região da AMESC.	48
Figura 8 – Taxa anual de crescimento e tamanho da população em Santa Catarina 2000/2010	53
Figura 9 – Migrações Intra-Regionais na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, saldo migratório segundo município de residência em 1995 e 2000.	55
Figura 10 – Arroz Rubi.....	60
Figura 11 – Arroz Ônix.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Urbana e Rural em Relação à População Total do Município de Araranguá	39
Tabela 2 – Desempenho da indústria de calçados da região de Criciúma, Nova Veneza, Araranguá e Sombrio (1955-2000).....	43
Tabela 3 – População segundo a situação de domicílios dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 2000 e 2010.....	49
Tabela 4 – Área total e densidade demográfica dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 2000 e 2010	50
Tabela 5 – Evolução da população dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 1970-2010	52
Tabela 6 – Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população nos municípios da Microrregião, AMESC e Santa Catarina 2000 e 2010.....	53
Tabela 7 – Valor das vendas dos principais produtos agrícolas e a sua participação nos anos de 2011 e 2012.....	56
Tabela 8 – Estabelecimentos agropecuários considerados de agricultura familiar e não familiar, dividido entre grupos de área total dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil em 2006.....	57
Tabela 9 – Área colhida e quantidade produzida de arroz nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000 e 2010	58
Tabela 10 – Área colhida e quantidade produzida de mandioca nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000. 61	
Tabela 11 – Área colhida e quantidade produzida de fumo nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000 e 2010	63
Tabela 12 – Área colhida e quantidade produzida de banana nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010*	64
Tabela 13 – Área colhida e quantidade produzida de maracujá nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010*	65
Tabela 14 – Produção de leite e de ovos nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010	67
Tabela 15 – Criação de bovinos e suínos na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010.....	68
Tabela 16 – Criação de galos, frangas, frangos, pintos e galinhas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010.....	70
Tabela 17 – Relatório dos 10 maiores Valores Adicionados dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense por CNAE, 2012	72
Tabela 18 – Número de empregos formais segundo grande setor IBGE, dos municípios, da AMESC e de Santa Catarina, 1998*, 2004 e 2010.....	774
Tabela 19 – Número de empregos formais de algumas das principais atividades industriais da Microrregião do Extremo Sul Catarinense 1990-2010.....	76
Tabela 20 – Número de Admissões, Desligamentos e Número de estabelecimentos da Indústria de Vestuário em Araranguá e Sombrio, 2007-2012.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMSESC	Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA.....	16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	177
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL NO MARCO DA GLOBALIZAÇÃO: O BRASIL EM FOCO	18
2.1 A GLOBALIZAÇÃO NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS	18
2.2 REFLEXOS DA MUDANÇA DE PAPEL DO ESTADO SOBRE A ECONOMIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	21
2.3 PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA NACIONAL.....	24
3 A ÁREA DA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE: NOTA SOBRE A HISTÓRIA SOICOECONÔMICA E POLÍTICA	28
3.1 PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	28
3.2 DESCOBERTA DO OURO NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A COLONIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO	29
3.3 MIGRAÇÕES EUROPEIAS PARA SANTA CATARINA E PARA A MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE NO SÉCULO XIX	34
3.4 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE NO SÉCULO XX	37
4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS INCIDENTES ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2000 NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE	47
4.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE	47
4.2 OBSERVAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE UM PROCESSO DE “LITORALIZAÇÃO“ NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE.....	51
4.3 PROCESSOS RECENTES NO SETOR PRIMÁRIO REGIONAL	55

4.3.1 Arroz	58
4.3.2 Mandioca	61
4.3.3 Fumo	62
4.3.4 Banana	63
4.3.5 Maracujá	65
4.3.6 Pecuária	66
4.4 PROCESSOS RECENTES NO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO REGIONAL ..	72
4.4.1 Mercado de Trabalho	73
4.4.2 Indústria Vestuarista	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – Tabelas complementares.....	89

1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina tem uma relevante importância, dentro do cenário nacional, apresentando-se como o sétimo maior PIB (R\$ 152,5 bilhões) do país em 2010. Possuindo uma economia bastante diversificada, com dinâmicas regionais impulsionadas por setores como agroindústria, carvão, cerâmica, máquinas e equipamentos, metal-mecânica, móveis, têxtil e vestuário (FIESC, 2013).

Dentro deste cenário, na porção mais meridional do Estado, se encontra a Microrregião do Extremo Sul Catarinense. A colonização da Microrregião se deu a partir de meados do século XVIII, diante do movimento de passagem dos tropeiros em direção ao sul, abrindo estradas que ligavam o município de Laguna ao Rio Grande do Sul, passando pela Microrregião, até então, sendo este o único caminho para Viamão. Assim, a região litorânea da Microrregião do Extremo Sul Catarinense ganha destaque nos primórdios de sua colonização, como território de passagem e parada para o transporte do gado que provinha do estado do Rio Grande do Sul e ia até o estado de São Paulo. (ALVES, 2008; SEBRAE-SC, 2013).

Essa povoação se expande com início da abertura de rotas na região do planalto serrano catarinense, a partir da segunda metade do século XVIII, formando assim um importante triângulo de passagem do gado, entre Viamão, Araranguá e Lages. Neste movimento se desenvolvem distritos ao longo da Microrregião, sendo os colonizadores desses locais, principalmente descendentes de portugueses e açorianos, provindos de Laguna. Posteriormente em meados do Século XIX, com a política de migração nacional, se juntam também os europeus, como italianos, alemães, poloneses e espanhóis. (SEBRAE-SC, 2010).

A Microrregião se situa no extremo sul do estado de Santa Catarina indo do litoral adentrando no interior até chegar à encosta da Serra Geral, em sentido leste-oeste, e indo da foz do Rio Araranguá até chegar ao Rio Mampituba na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, em sentido norte-sul. Sendo composta por 15 municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Sua base econômica tem como principais atividades ligadas a agricultura, os cultivos de arroz, banana, feijão, fumo, mandioca, maracujá, milho, a bovinocultura do leite e a criação de frangos (AMESC, 2012; SEBRAE, 2013).

No setor industrial destacam-se principalmente as micro e pequenas empresas. Entre os setores mais importantes estão os de alimentos, sobretudo ligados ao beneficiamento de arroz, abate de frangos e de processamento industrial do fumo, setor de móveis, de confecções de peças de vestuário e de calçados (AMESC, 2012).

O setor terciário tem um elevado grau de importância como fonte geradora de emprego na Microrregião, no setor de comércio varejista e atacadista, com destaque para os municípios maiores como, Araranguá e Sombrio e no setor de serviços destaque para estes e os demais municípios locais (SEBRAE, 2013). A educação na Microrregião também vem elevando seu grau de importância nos últimos anos, onde na segunda metade da década de 2000 houve a implementação do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) que começou suas atividades em fevereiro de 2008¹, a extensão do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em agosto 2009², ambas no município de Araranguá. No município de Sombrio e Santa Rosa do Sul houve a implementação, em dezembro de 2008, de um Campus do Instituto Federal Catarinense (IFC), já conectado a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, existente na região desde 1993³.

Dentro deste cenário, a presente pesquisa visa identificar e debater as transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, salientando as principais ocorrências decorrentes dos processos de redução do papel do Estado como agente fomentador da economia, da abertura comercial, do crescimento da concorrência, da maior regulamentação/fiscalização do mercado de trabalho, presenciados e acelerados a partir do último quartel do século XX.

Para tanto, a pesquisa se utiliza de dados coletados a partir de fontes nacionais, de entrevistas junto a atores econômicos e institucionais das indústrias locais, sindicato de trabalhadores, Prefeituras Municipais, Secretaria de Desenvolvimento Regional local (SDR) e Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC).

¹ Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao?id=152>>. Acesso em: 31 out. 2013.

² Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2009/08/ufsc-instala-campus-em-ararangua/>>. Acesso em: 31 out. 2013

³ Disponível em: <[http://www.ifc-](http://www.ifc-sombrio.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=37)

[sombrio.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=37](http://www.ifc-sombrio.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=37)>. Acesso em: 31 out. 2013

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as transformações econômicas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense entre as décadas de 1990 e 2000 apontando os reflexos dos principais processos identificados no desenvolvimento socioeconômico da região.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Sistematizar literatura relevante sobre o tema do desenvolvimento local-regional no marco da globalização;
- 2) Caracterizar socioeconomicamente o território que corresponde à Microrregião do Extremo Sul Catarinense, adotando perspectiva histórica e situando-o em relação à Santa Catarina;
- 3) Apresentar e discutir os principais processos incidentes na Microrregião do Extremo Sul Catarinense entre as décadas de 1990 e de 2000, salientando: os efeitos em relação ao crescimento da competitividade, evolução da tecnificação e a maior fiscalização das leis trabalhistas nas atividades agrícolas, os efeitos na região da reestruturação industrial testemunhada pela economia brasileira, assinalando o eventual surgimento ou crescimento de atividades industriais bem como as alterações quanto às relações empregatícias, em todos os casos assinalando os reflexos dessas transformações na dinâmica demográfica, a partir de aspectos como a “litoralização” da população;

1.3 JUSTIFICATIVA

No contexto econômico atual, onde as transformações ocorrem cada dia em ritmo mais acelerado, o debate econômico se faz necessário para uma maior compreensão das alternâncias produtivas internacionais sobre os impactos regionais.

As esferas local e regional revelam-se, em diferentes experiências e circunstâncias, afetadas por processos determinados e em curso em instâncias muito mais abrangentes, como a mundial. O Brasil como um todo refletiu as mudanças de marco regulatório efetuadas no país nos anos 1990, como a abertura comercial, que impôs a necessidade de reestruturação

produtiva em distintos ambientes e setores. Santa Catarina não ficou à margem desse processo, como indicam diferentes estudos e pesquisas.

Sendo assim, o trabalho vem a contribuir com uma discussão da situação dos aspectos sociais, econômicos e demográficos da Microrregião a partir das transformações vivenciadas, proporcionando assim, uma maior compreensão, através da análise de pontos fundamentais que caracterizam os municípios pertencentes a Microrregião, auxiliando órgãos locais na conciliação de estudos feitos para expansão e melhoria da qualidade da vida e da economia local.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Gil (1994), as pesquisas descritivas tem como meta principal, relatar as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, utilizando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados. Dessa forma este estudo se aproxima de uma pesquisa descritiva, visto que, busca retratar as transformações político econômicas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense no estado de Santa Catarina entre as décadas de 1990 e 2000. Procurando assim, fazer uma abordagem dos pontos fundamentais acerca do desenvolvimento econômico e populacional da região, captando os efeitos do processo de abertura comercial brasileira, sobre a economia local.

Assim o estudo utiliza-se de métodos de procedimento comparativo, histórico e estatístico para chegar aos seus objetivos, visto que, o método comparativo, utiliza de comparações entre percepções passadas e presentes para verificar similitudes e divergências entre as informações obtidas. O método histórico consiste na investigação de acontecimentos passados para se verificar a sua influência e importância nos acontecimentos atuais, já o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos, para se comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre a sua natureza, ocorrência ou significado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para a realização do primeiro objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica de cunho teórico e de observação de experiências passadas. Gil (1994) caracteriza a pesquisa bibliográfica como sendo aquela que explora fontes de materiais já elaborados, principalmente através de livros e artigos científicos, observando suas vantagens através de que, com ela o investigador conseguirá obter uma maior sucessão de fatores do que se utilizar

apenas a pesquisa direta. Dessa forma foram utilizadas fontes como, artigos, dissertações, livros, monografias e sítios eletrônicos.

O segundo objetivo, caracterizou-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, e também em levantamentos de dados secundários servindo para embasar e caracterizar o estudo.

A realização do terceiro objetivo implicou em pesquisa bibliográfica e documental juntamente de pesquisa de campo com levantamento direto de dados e informações, inclusive por meio de entrevistas, onde foram entrevistados secretários da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá (SDR), das prefeituras de Balneário Gaivota e Turvo. Também se coletou informações na EPAGRI do município de Turvo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado e em três empresas que trabalham com fabricação de peças de vestuário em Sombrio.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. No primeiro apresenta-se o tema e problema da pesquisa, abordando a introdução do trabalho, os seus objetivos, a justificativa, a metodologia utilizada e por fim descreve como o estudo está estruturado.

O segundo capítulo faz uma revisão teórica sobre o tema da globalização, tendo como foco os impactos incidentes no Brasil e nas suas respectivas unidades federativas, colocando em foco a Microrregião do Extremo Sul Catarinense.

O terceiro capítulo aborda a evolução da colonização da Microrregião até os dias atuais, apontando os principais fatores que deram base para o seu desenvolvimento econômico, enfatizando as modificações ocorridas nas últimas décadas relacionadas a aceleração do processo de globalização.

O capítulo quatro descreve sobre a criação da AMESC situando os seus municípios pertencentes e caracterizando-os. Em sequencia se aborda os principais processos incidentes na economia e demografia local a luz das transformações ocorridas nas décadas de 1990 e de 2000.

No capítulo cinco são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL NO MARCO DA GLOBALIZAÇÃO: O BRASIL EM FOCO

O uso do termo globalização no decorrer das últimas décadas tem se tornado frequente como indicação das novas transformações econômicas globais, como afirma Lins (2002, p. 171).

O entendimento, em alguns meios acadêmicos e políticos, de que nas últimas décadas do século XX a dinâmica econômica adquiriu contornos efetivamente mundiais, estimulou a cunhagem de uma expressão que, também, por ser nova, deveria melhor designar os processos em curso: “globalização”.

Constantemente nos meios de comunicação e em debates político-econômicos o conceito é utilizado, porém devido a sua natureza multifacetada, ainda é um objeto de estudo que suscita novas explorações quanto a sua real concepção. Uma das dificuldades de se caracterizar a globalização está atrelada ao fato de que seus desdobramentos são sentidos em diversos campos, seja – comercial, produtivo, financeiro, político, social – tornando-se objeto de estudo nas mais diversas áreas da ciência, segundo Baumann (1996, p. 34):

A primeira dificuldade em lidar com a ideia de globalização é a variedade de significados que têm sido atribuídos a um mesmo fenômeno. Essa variedade é explicável, em parte, porque este é um processo cujo impacto se faz sentir em diversas áreas.

Diante disso, procura-se neste capítulo elucidar, de que maneira a aceleração do processo de globalização a partir da intensificação da concorrência nos diferentes níveis espaciais, afetaram as atividades econômicas no Brasil e em Santa Catarina, sobretudo, após os anos de 1990. Também demonstrando como a entrada de produtos estrangeiros, a partir da abertura comercial no País, afetou os processos gerenciais e de produção nas indústrias, provocando pressões por reestruturações produtivas, a fim destas se adaptarem as novas exigências dos mercados.

2.1 A GLOBALIZAÇÃO NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

As mais diversas explicações vêm sendo dadas, seja no campo político ou acadêmico, ao processo de globalização. Dentre as diferentes definições do conceito, são importantes aquelas geradas no campo da economia, ao passo que o capitalismo como base fundante da sociedade, necessita da expansão dos mercados para prosperar.

Ora, não há capitalismo em escala apenas local ou nacional. Na verdade, o capitalismo só existe enquanto decorrência da expansão progressiva do mercado, do alargamento supranacional – e porque não transplanetário – das relações de troca, da dinamização centrífuga dos meios de comunicação; e a generalização, expansão e consolidação de uma economia de mercado em amplitude mundial é resultado de um longo processo histórico que envolveu fases distintas de desenvolvimento da vida material da humanidade – incluídos aí os aspectos político-econômicos e sócio-culturais que afetam tanto indivíduos quanto coletividades. (RAMOS, L., 2005, p. 109).

Neste sentido de expansão dos mercados, ao longo dos anos 1980 e 1990, pode se perceber uma aceleração na busca por parte das empresas por novos mercados e novos meios de produção. Coutinho (1996) destaca algumas transformações ocorridas no período, como o aumento do progresso técnico e de acumulação de capitais, o aprofundamento do estágio de internacionalização da vida econômica, social e política. As modificações nos padrões de produção, com a implementação de novas técnicas, como just-in-time, kanban, a articulação dos países em blocos regionais, o aumento da concentração do capital, através de fusões e aquisições e o aumento dos investimentos direto externos, também foram alguns dos fatores que marcaram o período.

Seguindo essa lógica, Ramos L. (2005) descreve sobre a importância que teve o aperfeiçoamento das comunicações, seja via telefone, internet, ou outros meios, permitindo a interconexão entre as pessoas, no crescimento das atividades transfronteiriças.

Conforme Lages (1998) com o avanço tecnológico principalmente nas áreas de capacidade de processamento das informações e de melhorias nos sistemas de transportes foi possível reduzir as barreiras comerciais fazendo com que uma maior quantidade de mercadoria se transferisse de um continente para o outro com maior nível de eficiência, rapidez e a custos menores.

Arroyo (2002) descreve que essas transformações possibilitaram que empresas multinacionais modificassem seu “*locus*” de produção. Essas passaram a operar não mais apenas em seus países, mas também em outras regiões para além das suas fronteiras, na busca de obter ganhos de escala, mão-de-obra barata, entre outros fatores, sem perder seu monitoramento sobre suas filiais⁴.

Nesse âmbito, o deslocamento das multinacionais para outros países nas últimas décadas, fez aumentar o nível de concorrência nos mercados em que essas se estabeleceram. Isso fez com que as empresas locais buscassem novas formas para se adaptarem aos

⁴ Esse processo pode ser chamado de divisão espacial do trabalho, focalizado por autores como Lipietz já nos anos 1970 e 1980.

mercados, seja através da racionalização da mão-de-obra, redução do seu campo de atuação, implantação de novas técnicas gerenciais e/ou aquisição de máquinas e equipamentos.

Lages (1998) descreve que as firmas procuraram se ajustar ao processo de globalização, através do uso de diferentes tipos de estratégias. Dentre elas, destaque para uma maior utilização das tecnologias que permitissem dar maior flexibilidade a produção, com crescente uso de automação e adoção de organização de trabalho, e também novas formas de gerenciamento da produção, de modo a tornar mais fácil o aproveitamento de economias de escala e de escopo.

A expansão das transações comerciais impulsionadas pela mundialização das indústrias auxiliou também na insurgência de um dos fenômenos mais ligados a globalização, a criação de blocos econômicos. O Mercosul no início dos anos de 1990 foi um deles, e com ele parece ter havido um aumento das disparidades econômicas intranacionais no Brasil. Como relata Lins (2001), a participação brasileira no “bloco” agravou as disparidades socioeconômicas, a partir do momento que há diferenças entre as localidades dos principais investimentos, entre as mesorregiões onde “a distribuição regional das novas fábricas tem privilegiado a porção do território nacional melhor equipada de “fatores locacionais”” (ibid, p. 89), como são os casos das mesorregiões Sul e Sudeste do país.

Tal fato, é elucidado a partir dos efeitos mais fortes do Mercosul ocorrerem nos centros de maiores densidade demográficas, inserindo as regiões de Santiago no Chile e La Paz na Bolívia, porém não envolvendo com a mesma intensidade as regiões mais distantes do centro dinâmico produtor, como as porções centro-norte do Brasil e as regiões do Sul da Argentina e Chile, gerando indagações quanto ao real espaço de atuação do Mercosul. Como elucidado por Firkowski (1999) e exposto na Figura 1, o “Mercosul de Direito” (correspondente ao conjunto dos territórios dos países), e o “Mercosul de Fato” (correspondente às áreas onde realmente ocorrem a maioria das trocas comerciais). Lembrando-se do caso da Venezuela que ainda não aparece destacada no mapa, mas que passou a figurar oficialmente no bloco a partir de 2012.

Figura 1 – Mapa delimitando as divisões territoriais no “Mercosul de direito” e “Mercosul de fato”



Fonte: http://dc178.4shared.com/doc/5W8mwP___/preview.html

Sendo assim, os avanços das tecnologias presenciados nos anos 1980 e 1990, principalmente no campo da informação e dos transportes, levaram a uma expansão dos mercados, onde as maiores empresas buscando expandir suas vendas, procuraram levar sua produção para outros países. Esses eventos fizeram com que aumentasse as pressões por reestruturação no Estado Nacional e nas indústrias nas mais diversas atividades econômicas, como vai ser demonstrado nos tópicos a seguir.

2.2 REFLEXOS DA MUDANÇA DE PAPEL DO ESTADO SOBRE A ECONOMIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O modelo de industrialização brasileiro adotado nos anos de 1970, conforme Batista da Silva e Cavalcanti (2000) teve como conjuntura o suporte do Estado Nacional no desenvolvimento das empresas brasileiras, através da concessão de subsídios e proteção do mercado, auxiliando as firmas nacionais na obtenção de altas taxas de rentabilidade.

De acordo com Coutinho (1996) esse período foi marcado por uma conjuntura internacional positiva, através de uma maciça oferta de petrodólares, em que o Estado adotou políticas de atração de investimentos, para impulsionar seu processo de industrialização, a partir de políticas de substituições de importações, através do II PND. A trajetória de crescimento nacional com um bom grau de estabilidade nos preços, nesse período, decorreu segundo Miranda (1996), de uma combinação entre capacidade de financiamento e gasto do

Estado na economia. A disponibilidade de crédito internacional e o reinvestimento dos lucros por parte das empresas públicas e privadas também foram de suma importância.

Os choques do preço do petróleo presenciados na década de 1970 vão ser determinantes na modificação da conjuntura internacional, afetando diretamente a economia do Brasil nos anos de 1980. Essa elevação ocorreu em um primeiro momento devido ao apoio dos Estados Unidos e dos países Europeus a Israel na guerra de Yom Kippur em 1973, que levaram os países Árabes a diminuir sua produção e aumentar o seu preço como forma de protesto. Em um segundo momento, em 1979, houve a revolução Islâmica no Irã (um dos maiores produtores de petróleo do mundo), a partir da deposição do até então governante supremo do país Xá Reza Pahlev, e a posterior instituição do governo do Aiatolá Khomeini levando a uma maior rigidez nos preços do petróleo por parte deste País.

Dessa forma, na entrada da década de 1980, as dificuldades de obtenção de novos investimentos no mercado externo, a partir da elevação das taxas de juros norte-americanas em parte em decorrência do forte aumento dos preços do petróleo na década anterior e da sobrevalorização do dólar, levaram o Estado a mudar seu papel, como agente fomentador da economia. Com o desequilíbrio financeiro, impulsionado pelos débitos contraídos no mercado internacional nos anos anteriores, o que se viu foi uma retirada gradual dos incentivos governamentais às indústrias do país. O aumento do endividamento externo rebateu diretamente sobre a dívida interna, incapacitando o Estado de formular novas políticas de desenvolvimento. De 8,9% do PIB em 1979, os investimentos estatais passaram a corresponder a apenas 2,5% em 1985 (COUTINHO, 1996; MIRANDA, 1996; BATISTA DA SILVA; CAVALCANTI, 2000; GOULARTI FILHO, 2007).

Neste contexto, uma parcela essencial da retração do papel do Estado, conforme Lins e Mattei (2010), está ligada ao processo de privatizações que tomou forma no país. Para os autores, as dificuldades vivenciadas na década de 1980 diminuíam as possibilidades de atuação das empresas estatais. Assim, buscando estabilizar as contas nacionais, os governos nos anos de 1990 com Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso privatizaram empresas de diversos segmentos da economia, entre elas, destaque para os setores, siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, transportes, telecomunicações e eletricidade.

Segundo Batista da Silva e Cavalcanti (2000), as atividades econômicas mais afetadas pela retração na atuação do Estado, foram às atividades industriais. “A participação do valor adicionado industrial (VTI) no PIB, que chegou a representar em torno de 25%, em 1980, caiu para 19%, em 1995” (VERMULM, 1999 apud BATISTA DA SILVA; CAVALCANTI, 2000).

Na entrada dos anos 1990, com o fim do padrão de financiamento e a crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro, começa a se desenhar uma nova forma das relações na economia brasileira. A falta de uma diretriz nacional neste período gerou um isolamento das unidades subnacionais na elaboração de seus planos. Neste sentido, as tentativas de implementação de planos estaduais, apesar de terem boas intenções, barravam na falta de planejamento. A cada plano que se passava, reduzia-se a atuação do Estado-Nação aumentando a crença no poder de regulamentação do mercado (GOULARTI FILHO, 2007).

Essas mudanças observadas, a partir da retração da participação do Estado como agente fomentador da economia nacional, tiveram repercussões em diferentes escalas federativas, seja em escala de estados ou municípios, onde Santa Catarina não foi poupada. Assim, registraram-se importantes alterações na produção das principais atividades econômicas dos municípios da região Sul do Estado.

Dentre os setores industriais do Sul de Santa Catarina mais influenciados pelo processo de retração do papel do Estado na economia, encontra-se o carvoeiro, que desde o período da primeira guerra mundial, era fortemente impulsionado pela presença estatal. Entre os anos de 1989 e 1990, o corte total dos subsídios governamentais para sua produção, a desregulamentação do setor, tanto do carvão energético quanto do carvão metalúrgico e a desobrigação das empresas estatais de comprarem o carvão nacional, afetou bruscamente a produção na região (MILIOLI, 1999; GOULARTI FILHO, 2010).

Dessa forma, a partir da crise na extração do carvão nos anos de 1990 – até então a principal atividade econômica da mesorregião sul – e a posterior desativação total da produção, vai gerar fortes impactos, como um grande aumento no desemprego local, em conjunto com a forte degradação da qualidade ambiental, através da poluição do ar revertida em chuvas ácidas e a forte poluição dos mananciais hídricos, atingindo diretamente outras atividades, como a pesca e a agricultura, fonte importante de trabalho na Microrregião do Extremo Sul Catarinense (GOULARTI FILHO; JENOVEVA NETO, 1997).

Após essa crise, de acordo com Goularti Filho e Jenoveva Neto (1997) o que vai manter a mesorregião Sul nos trilhos vai ser a diversificação do seu parque industrial, através da implementação e expansão dos setores de vestuário, cerâmico, calçado, químico, molduras e metal-mecânico.

2.3 PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA NACIONAL

Na segunda metade da década de 1980, enquanto nos países desenvolvidos a renovação dos métodos de organização, gerenciamento e a implementação de novas técnicas produtivas ganhavam força, com grande expansão das exportações de manufaturas nos mercados mundiais – crescendo de 1980 a 1985 em média 1,0% ao ano, enquanto nos anos de 1985 a 1990, essa média se elevava para 12,5% ao ano. A economia brasileira perdia *market share*, onde suas empresas industriais, via de regra, apenas sobreviviam, permanecendo à margem da renovação e mudança que varria as regiões industrializadas do globo (CASTRO, 2001).

Na entrada dos anos de 1990, a partir da abertura comercial, instituída no governo Collor, as indústrias do país se viram numa situação complicada. A entrada de produtos provenientes do exterior afetou diretamente a produção brasileira, ao passo que as firmas nacionais por um lado se sentiam protegidas pelas barreiras a entrada de mercadorias do exterior, que permitiam preços (em dólares) bastante superiores aos vigentes no mercado internacional, fazendo com que estas não tivessem como objetivo primordial a qualificação do seu produto. Por outro lado, haviam as ineficiências geradas pelos problemas recentes na economia do País. A intensificação da concorrência proporcionou também um aumento da concentração na produção, a partir do fato de que, com a redução da rentabilidade, as empresas menores, e por consequência mais fracas, não conseguiram adequar seu produto as novas necessidades do mercado, enquanto as empresas mais fortes – grandes empresas nacionais e multinacionais - conseguiram abranger uma maior fatia do mercado (BATISTA DA SILVA; CAVALCANTI, 2000; CASTRO, 2001; LOPES; MARION FILHO, 2001).

Neste contexto, diante dos problemas herdados no ambiente industrial dos anos de 1980 e as dificuldades de oferecer produtos atualizados aos preços que eles poderiam ser importados, as empresas do País procuraram se adaptar as novas exigências do mercado internacional. Estas então buscaram melhorias, não só através de processos providenciais, cirúrgicos, mas também através de importantes esforços de reorganização produtiva. Dentre as principais transformações observadas até 1994, como descreve Castro (2001, p. 7), foram:

De fato, os processos de reestruturação perseguidos pelas empresas brasileiras entre 1989-94 incluíram não apenas o redimensionamento de quadros, o enxugamento do catálogo de vendas e o fechamento de instalações, como também, destacadamente, a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente associadas à Gerência da Qualidade Total (TQM) e ao *Just in Time* (JIT).

Multiplicaram-se, em suma, as experiências com mini-fábricas e “células de produção”, como soluções de tipo *kan ban*, visando “puxar” a produção de acordo com a demanda (todas associadas ao sistema JIT). Destacam-se também as políticas do tipo TQM, como a difusão de práticas de identificação e o uso intensivo de indicadores operacionais para gestão. Há, ainda, a busca de certificação nas normas ISO, e consideráveis esforços visando o treinamento de pessoal.

De acordo com Castro (2001), apesar dos esforços das empresas no período (1990-1994) para se adaptarem as novas formas de concorrência, houve uma alta incidência de redução dos custos empresariais, e em 94% dos casos a escolha da trajetória de modernização enfocou procedimentos gerenciais ao invés de aquisição de novas máquinas e equipamentos.

A partir de 1994, o País procurando combater sua inflação recorrente nos últimos anos, adotou uma política de valorização cambial, através da realização do Plano Real. O Brasil conseguiu obter êxito no combate à inflação, porém às custas de uma taxa de câmbio fixa valorizada, e de altas taxas de juros. Como assinala Coutinho (1996), essas escolhas acarretaram alguns problemas de difícil reversão, entre elas, o aumento das importações de bens duráveis, com destaque para os automóveis, o aumento das importações de bens de capital, de matérias-primas e insumos em detrimento aos produtos locais, fatores estes que prejudicaram ainda mais o potencial de competitividade das empresas domésticas.

Nesse processo, as pequenas e médias empresas (PME), Segundo Yoguel (1996), tiveram dificuldades de se adaptarem a nova situação econômica. Devido, sobretudo, ao aumento de instabilidade na demanda, a escassez dos financiamentos de longo prazo proveniente da redução do papel do Estado e principalmente o aumento da concorrência nos mercados locais de bens industriais finais e intermediários decorrentes da entrada de mercadorias do exterior. Esses fatores reduziram a participação dessas firmas no mercado, passando estas a enfrentarem novos e maiores concorrentes se tornando mais dependentes de “agentes intermediários” (cadeias de distribuição, empresas de maior dimensão, etc.).

Essas transformações decorrentes da sobrevalorização do Real trouxeram ao país algumas modificações econômicas que afetaram fortemente a economia nacional. Dentre essas ocorrências, Lins (2000) chama atenção para o aumento da concorrência nos diversos setores, com a entrada de novos produtos provenientes do exterior, gerando pressões por reestruturação produtiva capaz de competir com os novos produtos.

Neste contexto de pressões por reestruturações, Castro e Proença (2001) retratam que o que se viu foi um processo de modificação para além do campo da reorganização, da introdução de novas melhorias e ajustes de consistência, como havia acontecido no período anterior a 1994. Para os autores, o eixo de mudanças passou a centralizar-se na convergência

para os processos produtivos aplicados nas fábricas dos países desenvolvidos, buscando lançar produtos que já estavam maduros nestes mercados. Este processo ficou conhecido como catching up produtivo, neste sentido três modificações se destacam:

Prosseguimento da reestruturação, visando a adoção de métodos modernos de gestão e a busca de padrões e gabaritos contemporâneos de eficiência;
 modernização/diversificação das linhas de produtos, visando acompanhar a renovação em curso no mercado doméstico. Este tipo de mudança traz consigo o aumento das importações de insumos e equipamentos, com o intuito de baratear e acelerar a absorção da tecnologia contida nos novos processos e produtos;
 deslocamento de fábricas para áreas com boa infra-estrutura e fácil acesso a grandes mercados, com mão-de-obra ou matérias-primas baratas, e/ou massivos benefícios fiscais (CASTRO, 2001, p. 12-13).

Porém, Castro (2001) aponta que algumas indústrias tradicionais dos setores têxteis, confecções e calçados, demoraram a reagir perante os novos desafios com que se deparavam. Conforme Graciolli e Vargas (2005), neste período, no setor calçadista da Microrregião, onde se destacam os municípios de Araranguá e Sombrio, a forte entrada de calçados provenientes do Sudeste Asiático e da China, culminou em uma violenta queda das exportações brasileiras e importantes perdas no mercado interno. Para os autores, a crise das exportações dos calçados brasileiros atingiu com mais força a região do Extremo Sul Catarinense, onde não houve grandes investimentos visando a modernização da produção no setor, que concorria diretamente com os calçados asiáticos populares, produtos estes específicos da indústria local.

No setor têxtil e vestuário os impactos também foram fortes, conforme Camargo e Guilhoto (2002) a indústria nacional sofreu devido ao seu grau de atraso tecnológico (equipamentos e/ou sistemas de gerenciamento), ao alto nível de proteção tarifária aos quais as empresas estavam acostumadas, à falta de uma infra-estrutura econômica mais avançada e a não adoção de uma política de desenvolvimento da mão-de-obra. Goularti Filho (2007) relata que a partir da abertura comercial e da sobrevalorização do dólar houve um aumento das importações de produtos têxteis e de vestuário, reduzindo-se expressivamente o valor das exportações deste ramo na economia catarinense – em 1993 o valor exportado foi de 423,6 milhões de dólares reduzindo-se em 1999 para 258,7 milhões de dólares.

Quanto ao complexo agroindustrial catarinense, houve uma reestruturação patrimonial em favor das multinacionais. Nos anos de 1990, associado a esta desnacionalização se presenciou uma redução dos números de suinocultores e uma readaptação dos avicultores, diante das novas exigências para a produção em maiores escalas e maior qualificação dos frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2007).

As transformações decorrentes da esfera produtiva neste período impactaram também no mercado de trabalho. As mudanças no plano produtivo no início da década de 1990 a partir da busca pelas empresas por avanços na produtividade e competitividade implicaram em medidas de racionalização da mão-de-obra, onde entre 1995 e 1999, a taxa de desemprego aberto se elevou dramaticamente no País. Houve também uma diminuição do emprego ligada a deterioração das condições de trabalho, decorrente da precarização dos vínculos empregatícios de produção terceirizada, inclusive em cooperativas de trabalho, de trabalho em tempo parcial e do uso de trabalhadores em domicílio (LINS; MATTEI, 2010).

Em suma, com a massiva entrada de capitais estrangeiros no país, o que se presenciou no decorrer da década de noventa foi uma maior modernização da indústria nacional a partir do aumento da produtividade das empresas que buscavam se adaptar as novas exigências do mercado. Porém, em contrapartida, houve uma aumento na concentração da produção em um número menor de firmas, decorrente do fato de que muitas delas não conseguiram atingir às novas exigências que a globalização impôs, não obtendo retornos econômicos suficientes para continuarem em funcionamento (LINS; MATTEI, 2010).

A aceleração da globalização presenciada a partir do final do século XX, atrelada ao desenvolvimento das tecnologias de informação, a melhoria na qualidade dos transportes e o aumento da concorrência verificado no Brasil, suscitou um conjunto de transformações no País, nos mais diversos níveis federativos (estados, regiões e municípios). Dentro dessas características, procura-se nos capítulos subsequentes descrever quais foram as principais modificações que ocorreram em algumas das atividades econômicas dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense nas últimas duas décadas.

3 A ÁREA DA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE: NOTA SOBRE A HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA

O presente capítulo faz uma breve descrição sobre como se constituiu a colonização na região do Extremo Sul do estado de Santa Catarina, retratando desde os seus primórdios, apontando os elementos sobre os quais se formou a base produtiva microrregional, assinalando também quais foram os principais traços que caracterizaram a sua trajetória até o início do século XXI.

3.1 PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os primeiros habitantes que viveram nas terras da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, segundo Hobold (1994), foram os índios Carijós. De acordo com o autor, estes habitavam desde o século XIV, as regiões litorâneas do interior do estado de São Paulo indo até chegar às proximidades do Rio Tramandaí no Rio Grande do Sul, e se valiam basicamente da pesca e da caça como fontes de subsistência.

A partir da chegada dos portugueses e da instituição das Capitanias no Brasil no início do século XVI, os colonizadores buscaram dominar estes índios que viviam nestas regiões, principalmente a partir da segunda década de 1600, com a tentativa de escravização, sobretudo por parte dos portugueses vicentistas que buscavam vendê-los para a região nordeste, servindo estes, de mão-de-obra nos engenhos de cana-de-açúcar (HOBOLD, 1994).

Tais fatos podem ser constatados em descritos feitos à cerca desse período, como realizou Furtado (1980, p. 56):

(...) a primeira atividade comercial a que se dedicaram os colonos foi à caça ao índio. Dessa forma, voltaram-se para o interior e se transformaram em sertanistas profissionais. Assim como os portugueses no século XV penetraram no território africano na caça de escravos negros, os habitantes de São Vicente serão levados a penetrar a fundo nas terras americanas na caça indígena.

Porém até o início do século XVII, os portugueses praticamente não fixaram residência na atual região do Estado, segundo Lins e Mattei (2001), Santa Catarina foi pouco habitada até esse período, servindo apenas como território de passagem do gado entre as regiões que iam do Uruguai até capitania de São Vicente (São Paulo). Apenas a partir de meados do mesmo século, que começam a ser colonizados os primeiros povoados, dentre eles, Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, atual município de São Francisco do Sul

(1645), Nossa Senhora do Desterro, atual município de Florianópolis (1650) e Santo Antônio dos Anjos de Laguna (1676), atual município de Laguna.

Esses primeiros habitantes tiveram como papel central a defesa do território, ajudando na proteção das terras portuguesas contra as invasões espanholas, visto que, eram imprecisas as demarcações quanto ao Tratado de Tordesilhas. Dessa forma, as principais atividades econômicas que se processam vão estar ligadas fundamentalmente à subsistência das famílias e, em menor escala, a complementar a economia de outras regiões do país. Conforme Alves (2008, p. 11), “o sistema econômico que se processa nos dois primeiros séculos de ocupação do território caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades que não se encontram no centro dinâmico da economia colonial”.

Essa forma de civilização determinou uma característica peculiar ao Estado, no sentido de que o desenvolvimento das atividades econômicas, seja para subsistência ou para prover alguns bens ao centro dinâmico do país, não se assemelha a das demais regiões da colônia, onde predominava um modo de produção voltado para a exportação (ALVES, 2008; LINS; MATTEI, 2001).

Dentro dessas características, a colonização da região Sul Catarinense vai se desenvolver mais precisamente a partir do povoado de Laguna, sendo a colonização desta localidade, primeiramente impulsionada, de acordo com Hobold (1994), pelos habitantes da capitania de São Vicente. Estes chegavam nestas terras devolutas conforme o autor, trazendo escravos, agregados e familiares, e também equipamentos indispensáveis para o trabalho agrícola. Suas fontes de renda principais provinham do cultivo, da pesca e do preparo de derivados do gado, produtos estes, que serviam para sua subsistência e para a venda para outras regiões do país, principalmente para capitania de São Vicente.

3.2 DESCOBERTA DO OURO NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A COLONIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO

Entre fins do século XVII e início do século XVIII, a descoberta do ouro no Sudeste do Brasil se tornou um fator de deslocamento de grande parte da população do litoral para o interior do país. Dessa forma uma massa de exploradores de todas as regiões do país se viu seduzida pela possibilidade de extração do ouro. Conforme Hobold (1994), o abastecimento das áreas das Minas, em geral, era feita pelos produtos provenientes da região litorânea, que também tinha a função de fazer o escoamento da produção dessa região.

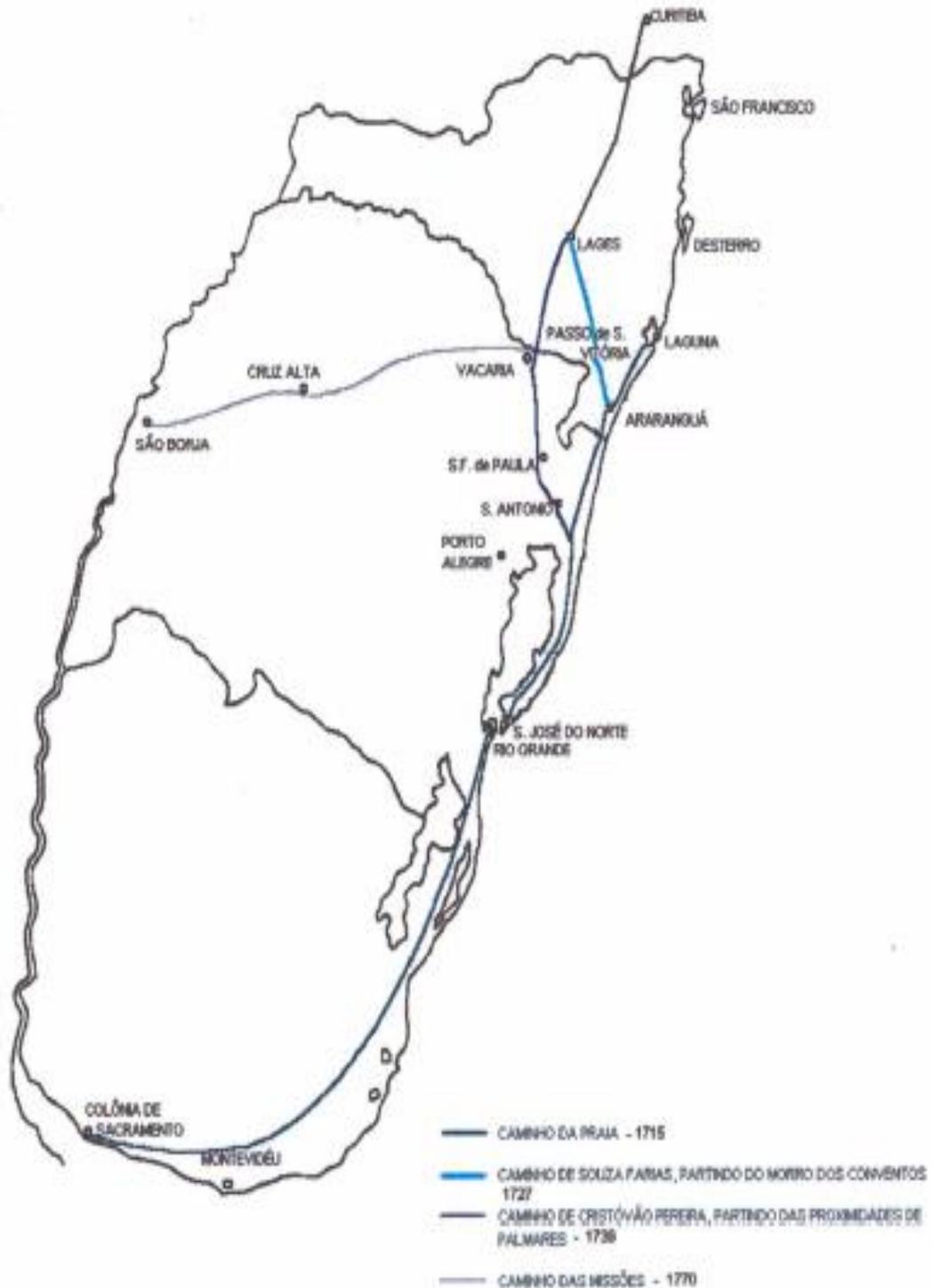
Porém, o relevo acidentado entre o litoral e as “Minas Gerais”, não permitia o uso de carroças ou de carros de bois. O transporte das mercadorias para a região, devido à baixa quantidade de animais de tração e de carga era feito normalmente através de escravos, em suas costas, ombros ou cabeça, sendo trajetos curtos ou longos. Esse fator em conjunto da baixa qualidade das estradas, irrompeu em uma crise dos meios de subsistência nas Minas (HOBOLD, 1994).

A solução única, vantajosa, seria a utilização de animais de carga, os mesmos porém, muito escassos nas áreas de mineração, mas encontrados em abundância nos campos rio grandenses, o que, por sua vez, abriria chances de um intercâmbio comercial (HOBOLD, 1994 apud MARCELINO, 2003, p. 56-57).

Essa necessidade de transporte do gado para servir de fonte de alimento feita pelos animais de tração, dos campos do Rio Grande do Sul para as Minas Gerais irrompeu em novos caminhos no sul do país, que buscavam fazer essa transição de forma mais rápida. Furtado (1980) assinala, que esse processo levou a uma maior articulação entre o norte e o sul, como ainda não tinha sido vista no sistema açucareiro, principalmente porque neste período a criação de um mercado para animais de carga fez com que a atividade pecuária fosse mais independente do ciclo do ouro, gerando seus próprios efeitos de expansão econômica e populacional.

É neste interim, após a colonização de Laguna e a abertura de novas estradas litorâneas em direção ao sul procurando chegar aos campos rio grandenses, que vai ocorrer o desenvolvimento da colonização da região onde atualmente se situa o município de Araranguá, conforme se verifica na Figura 2, no “Caminho da Praia”. Desenvolvendo-se então, o povoado chamado – Capão da Espera – servindo como local de pouso para os tropeiros que ali passavam (HOBOLD, 1994).

Figura 2 – Os caminhos do gado (século XVIII)



Fonte: BELTRÃO (2001, p. 49).

As principais atividades produtivas que são feitas nos pequenos povoados que ali se formaram, vão ter como base econômica principal, a pesca e a agricultura⁵. A agricultura apoiou-se, sobretudo, primeiramente na cana-de-açúcar e posteriormente no cultivo de

⁵ Segundo Mattei (2001) até o início das atividades carvoeiras, a mesorregião sul baseava suas atividades econômicas na agricultura, liderada pelas cidades de Criciúma, Tubarão, Laguna e Araranguá.

mandioca, esta última já assimilada pelos índios que ali viviam e agora cultivada pelos seus novos moradores. “A sua qualidade de ser um cultivo sóbrio, crescendo em solos de textura um pouco esgotada e arenosa, adaptava melhor ao solo da região que outros grãos, como, o milho e o feijão (Hobold, 1994, p. 132)”. O seu beneficiamento em produtos como farinha de polvilho, farinha de raspa, fécula e a tapioca, foi importante para o desenvolvimento dos engenhos utilizados também para processar açúcar mascavo e destilar aguardente.

Uma corrente de migração que veio para o sul do Brasil posteriormente aos vicentistas, em meados do século XVIII, e que também vai participar ativamente na colonização das regiões litorâneas do Sul do Estado, foram os açorianos. Conforme cita Singer (1977), essa migração foi auxiliada pela coroa portuguesa entre os anos de 1748 e 1756, devido ao constante estado de beligerância com a Espanha pelo domínio do Estuário do Prata. Segundo Goularti Filho (2001), tanto Araranguá, como outras localidades no litoral sul de Santa Catarina, foram colonizadas basicamente por açorianos. As atividades econômicas principais que estes praticavam, conforme Alves (2008, p. 12) eram, “a agricultura de pequeno porte, em que predominava o cultivo da mandioca e a produção da farinha, e a pesca, em sua realização em escala de subsistência: e ainda a pesca da baleia, com o intuito final da extração de seu óleo”. Segundo Lins e Mattei (2001), e Mattei (2011), o óleo retirado era utilizado na produção de azeite, ou encaminhado para as cidades do Sudeste para ser usado na iluminação pública.

A partir da segunda metade do século XVIII, o planalto serrano vai ganhar importância econômica, através da abertura de novas rotas. Esses novos caminhos vão modificar a dinâmica espacial do Estado, que até então se situava praticamente apenas no litoral. A estrada Conventos-Curitiba (Figura 3), construída em 1728, vai servir neste momento então, como terra de passagem dos animais, ligando o litoral, desde a região da atual cidade de Rio Grande até os altiplanos paranaense e posteriormente chegando as ‘feiras de gado’ na região de Sorocaba no estado de São Paulo (ALVES, 2008; LINS; MATTEI, 2001).

distritos. Vale ressaltar também que os núcleos populacionais pioneiros da Microrregião se estabeleceram nas áreas costeiras e que pouco da planície existente entre o Oceano Atlântico e a Serra Geral havia sido explorada ou mesmo ocupada neste período (MARCELINO, 2003).

Como apontam Lins e Mattei (2001), apesar da expansão do planalto serrano, houve pouca conexão entre a serra e o litoral de Santa Catarina. Assim, na serra desenvolveram-se maiores ligações das atividades produtivas com as campanhas gaúchas e com os campos Curitibanos do que com a capital catarinense. Diante disso, o que se presenciou na economia de Santa Catarina até o final do século XVIII foi uma grande desintegração econômica entre as suas regiões, com forte concentração da população no litoral, e pequena diversidade de produção, assentada no capital mercantil e na pequena propriedade, servindo as mercadorias produzidas no Estado, praticamente apenas como fonte de subsistência.

Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que, até o final do século XVIII, configurou-se em terras catarinenses um sistema econômico de subsistência marcadamente desintegrado e assentado, na faixa litorânea, no binômio pesca-produção de gêneros alimentícios básicos, e, no planalto sul, na pecuária extensiva (Lins; Mattei, 2001, p. 30).

3.3 MIGRAÇÕES EUROPEIAS PARA SANTA CATARINA E PARA A MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE NO SÉCULO XIX

De acordo com Lins e Mattei (2001), o cenário de desintegração entre as diversas regiões econômicas do Estado no final do século XVIII, só vai se modificar em meados do século XIX, quando a economia catarinense passou a ter maior relevância a nível nacional. Um fator determinante para que essa expansão ocorresse, também sendo parte importante no desenvolvimento da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, foi a imigração europeia. Segundo Furtado (1980) o declínio da extração do ouro no século XIX, e o crescimento da atividade cafeeira no Brasil, eclodiu em um problema da escassez de mão-de-obra no País. Isso decorreu em grande parte pelo aumento das dificuldades da importação de escravos negros provenientes da África, da alta taxa de mortalidade desses escravos e posteriormente da abolição da escravatura no país. A escassez de mão-de-obra então, fez com fosse tomado uma providência por parte da coroa portuguesa, a concepção de políticas de incentivo as imigrações para o país.

Neste sentido, os imigrantes que chegaram ao território catarinense eram principalmente de origem alemã e italiana, e em menor número de algumas outras regiões da Europa. Eles se distribuíram entre as terras catarinenses, concentrando-se, os alemães na região do Vale do Itajaí, e os italianos distribuíram-se no Vale e na região Sul do Estado. Os

italianos que rumaram ao sul colonizaram as terras que formavam um triângulo indo do Rio Braço do Norte, ao norte, até o Rio Araranguá, ao Sul, e até as encostas da Serra Geral, a oeste. Sendo esta uma região propícia para a sua fixação, devido ao clima suave que favorecia o cultivo de culturas de zona temperada, semelhante à localidade de onde vieram. (DALL'AALBA, 1983; GOULARTI FILHO, 2010).

Essas migrações, segundo Savi (1992), aconteceram de uma forma custosa, muitos dos que aportaram no país foram enganados pelo reino português, tendo dificuldades desde o seu desembarque até a colonização das terras que lhe foram cedidas. Acabaram então recebendo terras em regiões montanhosas muito pouco explorados pelos habitantes da colônia, praticamente sendo os desbravadores de diversas localidades do sul do Brasil. Os italianos principalmente, que vieram para a Microrregião, provenientes das regiões de Criciúma, Urussanga e sua volta, como mostra a Figura 4, tiveram forte participação na colonização dos municípios da Microrregião, sobretudo, os do interior, como Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul e Turvo. A colonização Alemã na região apesar de ser menos expressiva, teve importante participação no desenvolvimento do povoado onde atualmente se situa o município de São João do Sul (Figura 5), a partir da vinda de famílias provenientes da localidade de Dom Pedro de Alcântara, no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX, posteriormente se deslocando para outros pontos da Microrregião.

Figura 4 – Colonização italiana na Mesorregião Sul de Santa Catarina



Fonte: PIAZZA (1970, p. 57) apud MARCELINO (2003, p. 60), adaptada pelo autor.

Figura 5 – Colonização alemã em Santa Catarina



Fonte: MAMIGONIAN (1965, p. 392.), adaptada pelo autor.

A vinda dessas novas pessoas para o Estado colaborou na diversificação da economia, através do acréscimo de conhecimento que esses habitantes, provindos de regiões industriais e agrárias da Europa, trouxeram para a produção local. Através disso, com o tempo, houve um aumento na diversificação das mercadorias produzidas no Estado, através da introdução de novas atividades comerciais e a formação de pequenas oficinas, que auxiliaram na divisão social do trabalho, tendo como característica, a produção feita em pequena escala, dado que era predominante em Santa Catarina, a pequena propriedade. Esse conjunto de características determinou durante vários anos a forma de acumulação do capital na economia catarinense, assentada no capital mercantil. (GOULARTI FILHO, 2010; LINS; MATTEI, 2001).

Segundo Alves (2008), em meados do século XIX através desse amplo processo de imigração dos europeus para diversas regiões catarinenses, como Blumenau e Brusque no Vale do Itajaí, Joinville e Jaraguá do Sul na região Norte do Estado e no Sul, principalmente para Criciúma, Urussanga e Tubarão, a economia catarinense começa a se modificar, incorrendo em importantes transformações.

Dentre as mais importantes [transformações], podem ser apontadas a criação de um grande número de pequenas manufaturas (principalmente no setor alimentar, têxtil e madeiras) que passam a se articular com o incipiente setor industrial brasileiro. Também importante foi o crescimento do comércio de excedentes agropecuários com as demais regiões do país. Dessa forma pode-se dizer que Santa Catarina deixa

de configurar como um sistema econômico débil, principalmente baseado na produção de subsistência. (Alves, 2008, p. 13).

3.4 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA MICRORREGIÃO DO EXREMO SUL CATARINENSE NO SÉCULO XX

A partir dessas transformações o Estado vai melhor se conectar com o centro dinâmico produtivo do país. Conforme relatam Lins e Mattei (2001), nesse processo de expansão econômica, Santa Catarina vai servir de economia complementar ao complexo cafeeiro e também das atividades industriais incipientes do eixo Rio-São Paulo no início do século XX, fornecendo principalmente excedentes provenientes da agropecuária.

No final do século XIX e início do século XX, conforme Goularti Filho (2010), o Brasil tinha uma forte base agrária-mercantil, porém uma fraca base industrial, isso proveniente principalmente da estrutura agrária nacional ser altamente concentrada, das relações escravocratas que marcaram o país neste século e da falta de objetividade da burguesia nacional. Neste sentido, como destaca o autor, fora as indústrias ligadas ao complexo cafeeiro, o que se destacava nas economias regionais eram os setores extrativista e alimentar.

Neste âmbito, as atividades extrativistas e alimentares se desenvolvem em Santa Catarina, com suas devidas particularidades regionais. No Sul do Estado, destaca-se a atividade de extração do carvão, principalmente a partir de 1914 com o advento da primeira guerra mundial e as dificuldades de importação do carvão para o país, a extração na região deixa então de ser artesanal baseada em pequenas iniciativas locais, conforme relata Goularti Filho (2007), neste período, o carvão passa a ser extraído então de uma “forma mais racional”. Por se tratar de um mineral básico para industrialização nacional que começava a se desenvolver, essa atividade vai receber diversos auxílios governamentais impulsionando o crescimento da região sul.

Também neste período a construção de novas estradas, como descrevem Lins e Mattei (2001) teve grande importância para o desenvolvimento do Estado. No Sul, destaque para a estrada de ferro Teresa Christina, que servia como fonte para o escoamento da produção do carvão para o porto de Laguna e Imbituba. Conforme Rocha (2004) tal obra contribuiu para a substituição progressiva da navegação fluvial, em razão do assoreamento acelerado no curso do rio Araranguá que passou a dificultar o movimento de embarcações em seu leito. “Mesmo com a presença de alguns núcleos coloniais mais no interior, a região [Sul] só passou a ter destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e com o início da

construção da ferrovia pós-1880” (DALL’ALBA, 1983 apud GOULARTI FILHO, 2010, p. 32).

A construção da ferrovia também teve o papel de fazer a interligação entre as localidades do interior da Microrregião e os municípios maiores. Como descreve Savi (1992, p. 59), com a precariedade das estradas, o trem servia como meio mais seguro para as viagens até Criciúma e como transporte exclusivo para Tubarão e Laguna, sendo esta última, neste período, o principal porto escoador das mercadorias agrícolas provenientes do Sul do Estado.

Porém, Rocha (2004) aponta que com a emancipação do distrito de Criciúma em 1925, núcleo principal da extração mineral no Sul do Estado, provocou-se uma brusca inflexão no crescimento econômico de Araranguá. A emancipação do distrito, conforme o autor, significou perdas territoriais, pois Criciúma absorveu grandes áreas que pertenciam ao município, como também houve perdas em arrecadação municipal em valores de exportação para Araranguá. A partir do maior nível de autonomia que obtiveram as áreas de extrativismo localizados no núcleo de Criciúma, Araranguá foi perdendo representatividade, cedendo lugar as localidades, que se formavam nas proximidades das atividades de extração do carvão.

Neste sentido, apesar do amplo desenvolvimento da indústria do carvão e seus desdobramentos na economia da Mesorregião Sul, as atividades carboníferas, de acordo com Goularti Filho (2005) nunca fizeram parte da vida material e econômica de municípios da Microrregião, como Araranguá, Sombrio e Turvo. Dessa forma, economicamente falando a Microrregião se destacava na agricultura e na pesca, tanto de subsistência quanto de excedente, onde o comércio realizado com o planalto serrano⁶, e também com Laguna eram muito importantes (GOULARTI FILHO, 2007).

Conforme Rocha (2004) a economia do município de Araranguá estando excluída do eixo econômico do carvão, no transcorrer das décadas de 1930 e 1940, vai se fortalecer no setor agrícola. Segundo o autor, tal situação se fez, sobretudo, através da intensa ocupação da população na agricultura e a dedicação da economia local ao excedente proveniente do campo. Esta situação é bem representada pela Tabela 1 abaixo, onde o município de

⁶ Brightwell, Nodari e Klug (2005) descrevem que entre os anos de 1930 e 1960 na região onde atualmente se situa o município de Praia Grande, na encosta da serra, a economia do local baseava-se principalmente na produção de derivados da cana-de-açúcar, mas também na produção de milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, açúcar amarelo e polvilho. Estes produtos eram comercializados com os habitantes de cima da serra, que por sua vez vendiam para na região, fundamentalmente vinho e farinha de trigo. Neste sentido, Savi (1992) também relata que na região onde atualmente se situa Timbé do Sul, na década de 1920, havia um comércio entre as regiões de baixo da serra que comerciavam com os tropeiros de cima da serra, sal, farinha de mandioca, farinha de milho, arroz socado e descascado, açúcar grosso, rapadura, cachaça, bananas, fumo de corda, café em grão e laranjas, estes últimos em contra partida, vendiam queijo, charque, couro bovino, pelegos de lã, farinha de trigo, vinho, pinhão e frutas de clima frio.

Araranguá, no início da década de 1940, constituía-se por 59.273 habitantes, sendo que destes, 91,5% eram compreendidos pela região rural e 8,5% compreendidos pela região urbana:

Tabela 1 – População Urbana e Rural em Relação à População Total do Município de Araranguá

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1940	59.273	5.049	54.224	8,5	91,5

Fonte: ROCHA (2004).

No final dos anos de 1940, o distrito de Turvo, destacava-se como um dos mais importantes na constituição do município de Araranguá, devido ao crescimento da sua produção agrícola, baseada principalmente no cultivo do arroz, da banana, do milho e do feijão e também pela expansão do seu núcleo urbano. Dessa forma, no ano de 1948, vai haver a emancipação do município, dentre as localidades que ficaram pertencendo a Turvo, estão às áreas dos atuais municípios de Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul, Jacinto Machado (ex-Volta Grande), Praia Grande (ex - Roça da Instância) e Ermo. A emancipação de Turvo naquela década assinalou o início do processo de municipalização de outros núcleos coloniais da região do Extremo Sul de Santa Catarina. Destaque para a emancipação de Sombrio em 1953 (compreendendo áreas dos atuais municípios de Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Passo de Torres e Balneário Gaivota) (ROCHA, 2004).

Esse panorama agrícola, na qual se constituiu a região, também é assinalado por Goularti Filho (2007). De acordo com seus descritos, em 1955, havia apenas 14 estabelecimentos industriais em Araranguá e 2 em Sombrio. Sendo que a maioria era ligada de alguma forma com a produtividade agrícola, como a produção de fécula e farinha de mandioca, a produção de farinha de trigo e a produção de aguardente.

Esse quadro de atividades praticamente só voltadas para a agricultura começa a se modificar, a partir da segunda metade da década de 1950 e na década de 1960, com o surgimento e expansão, principalmente da produção de calçados nos municípios de Araranguá e Sombrio. De acordo com Maciel (2004), no município de Araranguá a partir da década de 1960, além da indústria de calçados surgem fábricas de móveis, as primeiras indústrias do vestuário e uma empresa de máquinas e implementos agrícolas, a Comercial Pascoali, atualmente Metalúrgica Pagé. Dentre os fatores que contribuíram para a instalação dessas

indústrias na Microrregião neste período, encontram-se movimentos em nível de Estado, e regional.

Em nível de Estado, como aponta Goularti Filho (2010) o período que vai de 1945-62, vai ser um período de transição da indústria catarinense. Neste período a base econômica produtiva vai crescer assentada, em conjunto entre o incipiente capital industrial e o capital mercantil, presenciando-se assim uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva Estadual.

Houve uma diversificação, porque surgiram novos setores como os de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Houve uma ampliação, porque: (a) os setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentaram a produção com o surgimento de novas indústrias; (b) os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; (c) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Esse período foi uma fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial. Os setores com potencialidades mais dinâmicas, o metal-mecânico, o cerâmico e a produção de papel e pasta mecânica, nasceram da pequena produção e voltaram-se para o mercado nacional, expandindo-se, rapidamente, num momento em que a industrialização pesada estava num processo acelerado de expansão e consolidação (GOULARTI FILHO, 2010, p. 41-42).

Em nível regional, a migração europeia, ocorrida sobretudo entre o final do século XIX e início do século XX, teve participação ativa no processo de aumento e diversificação da produção agrícola, principalmente através da implementação da produção artesanal mercantil, como por exemplo, à introdução do artesanato do couro, matéria-prima importante para a produção de calçados (BELTRÃO, 2001). Goularti Filho e Jenoveva Neto (1997) apontam que os imigrantes europeus introduziram diversas atividades, entre elas: serralheria, mercenária, comércio e outras. A presença das pequenas propriedades, característica comum na região sul de Santa Catarina, juntamente com a produção de excedente para a troca e a divisão social do trabalho também foram essenciais no processo de acumulação de capital na região e posteriormente no surgimento de outras atividades, tanto comerciais como industriais.

A partir da instalação de alguns segmentos industriais na Microrregião, um dos setores que vai obter destaque neste período, até o decorrer da década de noventa, será o setor calçadista, sendo que até o final dos anos 60, a produção de calçados na Microrregião se destinava como aponta Beltrão (2001), apenas ao mercado interno, tendo uma abrangência

pequena, apenas em nível regional, englobando vendas para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Um dos fatores, para essa produção ser feita em pequena escala e em nível regional, se deve ao fato de que o movimento de ampliação e diversificação das bases produtivas do Estado, sofria devido às carências básicas de infra-estrutura viária e portuária, de limites de energia elétrica, de um fraco sistema de crédito, que de maneira geral era constituído por pequenos bancos que faziam principalmente empréstimos de curto prazo. (ALVES, 2008; GOULARTI FILHO, 2010).

A partir do final dos anos de 1960 e nos anos de 1970, esse quadro de problemas infra-estruturas vai se alterando, tendo como base o padrão de acumulação nacional, assentado no tripé básico, o capital estatal, o capital privado externo e o capital privado nacional, padrão este que já vinha sendo adotado desde os anos de 1930 no primeiro Governo de Getúlio Vargas. Seguindo este pensamento, o Estado teve um papel fundamental para o desenvolvimento das bases produtivas, nacional e catarinense. Em Santa Catarina, os planos de desenvolvimento implementados, de meados dos anos de 1950 até final dos anos de 1970, tinham como principais metas melhorar os sistemas de energia elétrica, telecomunicações e transportes e capacitar o Estado para prover investimentos de longo prazo através de agências de fomento e programas de incentivos, neste período então vai haver a criação de várias agências que auxiliaram no fomento ao desenvolvimento catarinense, como o BRDE, Badesc, e o Prodec (GOULARTI FILHO, 2010).

Em nível federal, vai haver no decorrer da década de 1960 a construção da BR-101 na Microrregião, fator este que auxiliou na expansão dos municípios que ficavam as margens da rodovia, a partir da migração de parte da população das zonas rurais para estes municípios. A partir dos anos de 1970, conforme Goularti Filho (2007) vai haver políticas governamentais com o objetivo de substituir a pauta de exportações do país, de produtos primários, para produtos manufaturados.

Dentro dessas características, vai haver uma grande modificação na indústria calçadista de Araranguá e Sombrio, a partir da expansão das exportações de calçados brasileiros para mercados como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França e Finlândia. Dentro desse movimento, as empresas da região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, vão procurar reorganizar suas linhas de produção para cumprir as exigências do mercado de exportação. Assim, inicia-se um processo de procura pelas empresas da região, por áreas que já tivessem um parque industrial instalado, abundância de mão-de-obra barata, proximidade

geográfica, facilidade de acesso e algum tipo de tradição na produção calçadista (BELTRÃO, 2001).

Esses fatores foram encontrados na Microrregião, onde já havia algumas indústrias que tinham como tradição a produção calçadista, a proximidade da região com o estado do Rio Grande do Sul, a facilidade de escoamento, via BR-101, e também de acordo com Graciolli e Vargas (2005) a disponibilidade de mão-de-obra mais barata, chegava a resultar em economias de até 50% sobre os salários de cada trabalhador.

No decorrer dos anos de 1970 e 1980, o setor calçadista vai se expandir tendo como base a sua subordinação/dependência em relação aos centros calçadistas mais consolidados, como o de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul e também tendo grande parte da sua produção voltada para o mercado externo (BELTRÃO, 2001; GRACIOLLI; VARGAS 2005; GOULARTI FILHO, 2007).

Segundo Beltrão (2001), essa subordinação das empresas da Microrregião a outros eixos produtores de calçados no país, pode ser explicado pelos fatores que seguem:

(...) Podemos afirmar que os laços de dependência estiveram presentes desde a subordinação dos contratos (trading e companhias de exportação sempre sediadas no Vale dos Sinos), na aquisição de matérias-primas (couros, linhas, solados, colas), na aquisição e manutenção de peças e maquinários e na obtenção de mão-de-obra especializada (BELTRÃO, 2001, p. 89).

Juntamente a isso, conforme a autora, o encaminhamento dos contratos feitos para a Microrregião, eram mais rústicos e de menor valor. Goularti Filho (1995) descreve, que de acordo com o SENAI de Criciúma, a classe empresarial do setor calçadista na região nunca investiu na formação de mão-de-obra especializada. Sendo assim, o autor prossegue assinalando que a oferta de emprego varia de acordo com a demanda das exportações, quando há um aumento da mesma, contratam-se novos trabalhadores, mesmo que sem qualificação. Dessa forma, a baixa qualidade dos calçados da região, tornou-se um dos motivos da perda de mercado para outras regiões, dessa maneira Beltrão (2001) aponta que os melhores contratos ficavam em outras localidades como Vale dos Sinos e municípios do interior do Estado de São Paulo.

Dentro dessas características que evolui a produção de calçados na região Sul do Estado. Assim, em 1985 o setor calçadista já despontava como o terceiro maior setor em nível de geração de emprego na região sul do Estado, perdendo apenas para o carbonífero e o cerâmico, sendo que grande parte da sua produção era destinada a exportação. Em 1986 porém, a partir da implementação do Plano Cruzado, tendo como objetivo principal combater

a inflação, vai ser adotado uma política de “congelamento” do câmbio, com a fixação da moeda nacional em relação ao dólar. Essa medida acabou prejudicando diretamente as exportações dos calçados, que acabaram diminuindo de um modo geral devido a valorização da moeda nacional frente ao dólar (MACIEL, 2004; GOULARTI FILHO, 2007).

Dessa forma, Beltrão (2001), aponta que a partir das variações na política cambial em meados dos anos de 1980 em diante, as empresas das regiões de Franca e Novo Hamburgo começam a reorientar seus investimentos para o mercado interno, refletindo-se em centros secundários como na Microrregião do Extremo Sul Catarinense. Assim, procurando reduzir custos, as empresas dessas regiões introduzem as terceirizações no ramo dos calçados, dessa forma as empresas dos municípios da Microrregião começam a trabalhar como subcontratadas.

Sendo assim, a partir da liberalização comercial presenciada na entrada dos anos de 1990, a produção local foi fortemente atingida, onde a mão-de-obra sendo pouco qualificada e os calçados sendo mais rústicos, obtiveram dificuldades com a concorrência daqueles provenientes da região do Sudeste Asiático como, por exemplo, a China e Taiwan, calçados estes também populares porém, com preços menores. Assim esses países passam a absorver os contratos de exportação para os países centrais do sistema (BELTRÃO, 2001; GRACIOLLI; VARGAS, 2005).

A Tabela 2 mostra a evolução do emprego e da produção na região sul do Estado, do seu princípio até o final do século XX, comprovando o forte crescimento do setor nos anos de 1970 e 1980, seguido de um decréscimo no número de trabalhadores empregados e da produção a partir dos anos de 1990 e 2000.

Tabela 2 – Desempenho da indústria de calçados da região de Criciúma, Nova Veneza, Araranguá e Sombrio (1955-2000)

Ano	número de trabalhadores	produção/pares	produtividade*
1955	209	88.000	421
1960	350	450.000	1.285
1965	547	520.000	950
1970	750	825.000	1.100
1975	1.000	1.500.000	1.500
1980	2.000	3.840.000	1.920
1985	5.500	10.080.000	1.920
1990	4.100	8.500.000	2.073
1995	4.000	8.563.500	2.140
2000	650	1.215.000	1.922

Fonte: GOULARTI FILHO; SALVALAIO (2001) apud GOULARTI FILHO (2007).

* Calculado aproximadamente pelo número de pares produzido dividido pelo número de trabalhadores.

Dentre os aspectos apontados como fundamentais para a crise do setor, está a sua ligação ao complexo calçadista de Novo Hamburgo, que impediu que houvesse um maior grau de inovação tecnológica que permitisse a indústria se adaptar aos novos padrões de competitividade estabelecidos pela globalização. Onde o polo calçadista da Microrregião, sendo então um elo da cadeia produtiva da região do Vale dos Sinos, foi altamente impactado a partir do momento em que esta última começou a sofrer com as mudanças com o aumento de competitividade a partir da abertura comercial dos anos 1990, fazendo com que estes reduzissem seus contratos com as empresas da Microrregião do Extremo Sul Catarinense (MACIEL, 2004; GOULARTI FILHO, 2007).

Outro fator apontado por Beltrão (2001), é que a partir dos anos de 1980 e 1990, com a redução do papel do Estado como financiador da economia nacional, já mencionado no capítulo anterior, e com a abertura comercial presenciada no início da década de 1990, as empresas que mais vão sofrer com essas ocorrências primeiramente, vão ser as de pequeno e médio porte. Sendo assim, como as empresas que se situavam na Microrregião eram principalmente de pequeno e médio porte, vão sofrer com mais intensidade a esses impactos, obtendo maiores dificuldades para se adaptarem aos novos padrões de concorrência nacional e internacional.

Porém como aponta a mesma autora, apesar da profunda crise presenciada pelo setor, algumas empresas locais procuraram se adaptar buscando inserir-se no mercado interno obtendo maior grau de autonomia e já dando sinais de expansão. Em conjunto a esse movimento, o setor vai propiciar as condições necessárias para o fortalecimento de novos ramos industriais como, por exemplo, o setor de vestuário.

Sendo assim, a origem da indústria vestuarista na Mesorregião Sul Catarinense, vai se processar principalmente a partir da década de 1960 através do resultado da transição do comércio de produtos vestuaristas provenientes de outras regiões para a produção de peças próprias, conforme aponta Beltrão (2001, p. 101):

(...) a origem do ramo vestuarista no sul catarinense resultou da transição do comércio atacadista e varejista para a produção de peças de vestuário, em meados da década de 1960, atingindo sua maior expressão em Criciúma. Contudo, o crescimento deste ramo industrial através do “surto” vestuarista se deu no final dos anos de 1970, atingindo também outros municípios da região, com destaque para Araranguá, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Maracajá.

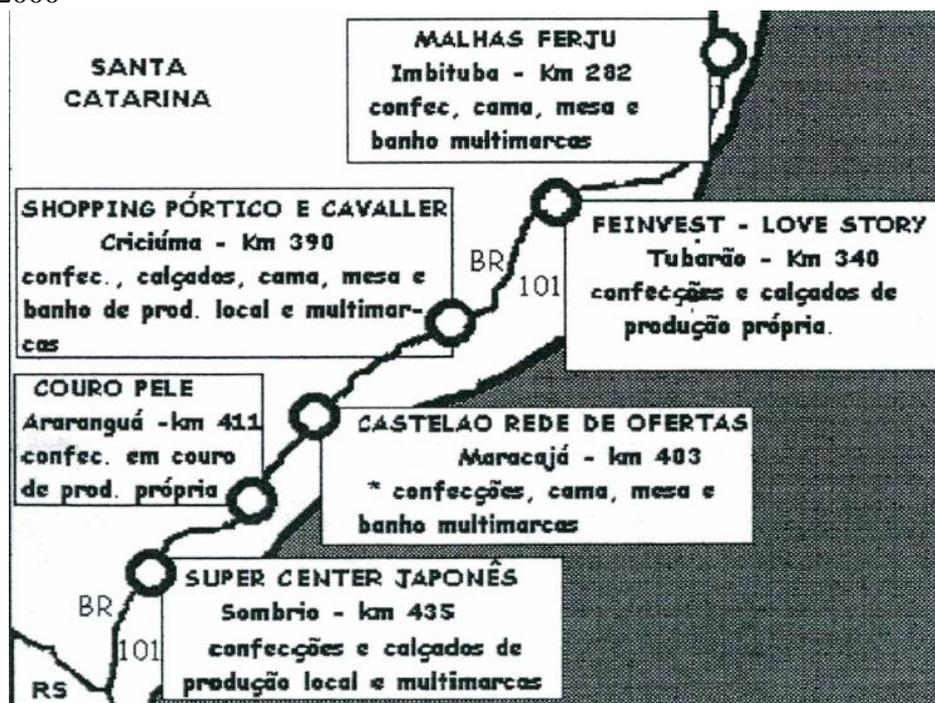
Goularti Filho e Jenoveva (1997) reforçam essa ideia, assinalando que já no final dos anos 60 diversos atacadistas na região, que vendiam sobretudo equipamentos para as

mineradoras, como botas, gasômetros, querosene entre outros utensílios, vão começar a produzir suas próprias etiquetas, através de um processo de substituição das mercadorias que antes eram adquiridas em centros maiores como São Paulo.

Neste processo de substituição dos produtos provenientes de outra região por etiquetas próprias, que vai se desenvolver as indústrias de vestuário na região carbonífera, através das empresas de “fundo de quintal” servindo em muita das vezes, como fonte complementar de renda familiar na região. A favor desse processo de expansão do setor encontrava-se a mão-de-obra feminina em abundância, visto que, as atividades carboníferas empregavam particularmente a mão-de-obra masculina e também devido a um mercado consumidor garantido, abrangendo o Sul de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (GOULARTI FILHO; JENOVEVA NETO, 1997).

A expansão do setor no município de Sombrio porém, deu-se mais tarde, a partir da entrada dos anos de 1990, em plena crise calçadista, com a construção do novo empreendimento “Super Center Japonês” em 1993, tendo como objetivo a venda de produtos adquiridos em outras praças como Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul e São Paulo. Esse empreendimento construído as margens da BR-101 procurava se beneficiar do fluxo de “sacoleiras” e comerciantes varejistas que passavam pela região, conforme se verifica na Figura 6 (BELTRÃO, 2001).

Figura 6 – Comércio de confecções, calçados e têxteis na rodovia BR-101 – Sul de Santa Catarina, 2000



Fonte: BELTRÃO (2001, p. 102).

Porém como os demais municípios vestuaristas dos Sul Catarinense já se encontravam melhor estruturados, possuindo seus respectivos postos de vendas organizados em “centros de compras”. Como Shopping Pórtico (inaugurado em 1989) em Criciúma, o Portal da Moda em Içara (1992) e o Center Fábricas no município de Araranguá (1991). Em 1993, no mesmo ano da inauguração do empreendimento em Sombrio houve a inauguração de outros dois pontos de venda nos municípios de Tubarão, o Love Story e o Exposul. Dessa forma estruturou-se ao longo da BR-101 uma rede de revendas (outlets) direto da indústria de vestuário local. (BELTRÃO, 2001).

Porém a estratégia de revenda dos produtos adquiridos em outras localidades não se consolida no município de Sombrio, pois as iniciativas locais não vão ter forças suficientes para competir com os preços praticados nos demais postos de vendas das indústrias vestuaristas do Sul do Estado. A solução então vai ser a transformação dos comerciantes locais em produtores, gerando as primeiras empresas vestuaristas do município (Beltrão, 2001).

A partir desse conjunto de informações apresentados, é que se vai explorar no próximo capítulo, como os impactos e as modificações que ocorreram no país a partir do último quartel do século passado afetaram a economia da Microrregião. Assinalando aquelas atividades que obtiveram melhor adaptação aos novos padrões e exigências do mercado consumidor e aquelas que demonstraram maiores dificuldades para se adaptar a esses padrões.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS INCIDENTES ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2000 NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE

No presente capítulo, é feita uma breve descrição sobre o histórico da criação da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) e a caracterização dos municípios pertencentes, seguida de uma análise dos principais aspectos e atividades econômicas observados na Microrregião entre as décadas de 1990 e 2000, sinalizando as principais modificações vinculadas à globalização, junto ao crescimento da concorrência e a elevação das exigências de qualidade na produção, verificado neste período.

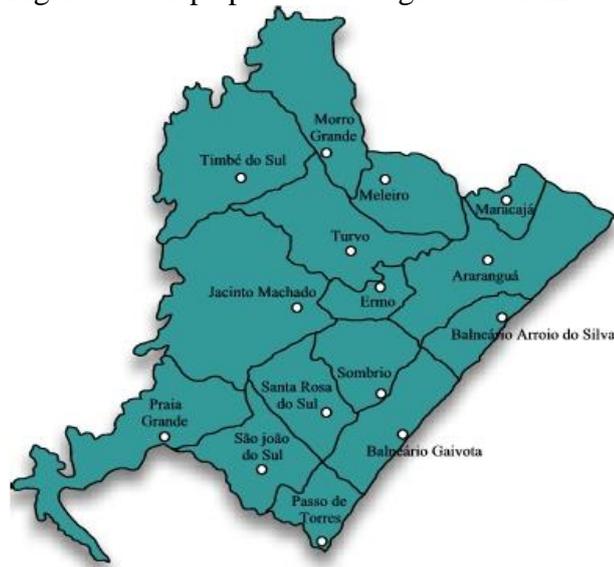
4.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE

A AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) foi criada em setembro de 1979 com a filiação de nove municípios locais, aos quais pertenciam até então a AMSESC (Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina), que englobava os municípios da Região Carbonífera, que passaram a pertencer a AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e do Vale do Araranguá que passaram a pertencer a AMESC. A Associação foi criada para atender os municípios locais fortalecendo sua estrutura técnica e administrativa. Atualmente ela exerce atividades no setor de prestação de serviços e também atua no planejamento regional, oferecendo palestras e cursos de capacitação para agentes políticos e servidores públicos, com o intuito de orientá-los para o bom manuseio dos recursos⁷.

Atualmente a região da AMESC é constituída por 15 municípios, como demonstrado na Figura 7, sendo estes os mesmos da Microrregião do Extremo Sul Catarinense. Os municípios pertencentes à Microrregião vão do litoral adentrando ao interior até chegar à encosta da Serra Geral, em sentido leste-oeste, e indo da foz do Rio Araranguá até chegar à divisa do Estado com o Rio Grande do Sul, em sentido norte-sul.

⁷ Disponível em: <<http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=1426&fa=284>>. Acesso em: 31 out. 2013.

Figura 7 – Mapa político da região da AMESC.



Fonte: AMESC (2012).

De acordo com o Censo demográfico do IBGE de 2010, sua população total corresponde a 180.808 habitantes, representando aproximadamente 2,89% da população total do Estado e aproximadamente 3,09% da área total de Santa Catarina. Deste contingente populacional, 69,45% foram considerados, segundo Censo Demográfico do IBGE de 2010, como urbano e 30,55% como rural. Dos 15 municípios da AMESC, 13 possuem uma população menor que 20 mil habitantes. O maior município é Araranguá com uma população próxima de 61 mil habitantes e o segundo maior município em contingente populacional é o município de Sombrio, com população próxima de 26 mil habitantes, segundo o mesmo Censo.

Como demonstrado na Tabela 3, os municípios da Microrregião, possuem grandes diferenças em seu grau de urbanização, segundo dados do Censo de 2010, enquanto municípios como Balneário Arroio do Silva, aproximadamente 98% da população residem em domicílios urbanos, em São João do Sul aproximadamente 77,6% da população residem na área rural. Apesar do maior crescimento da população urbana em relação à população rural, em termos relativos, verificado em todos os municípios da região da AMESC no período observado (2000-2010), os municípios de Ermo, Jacinto Machado, Morro Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Timbé do Sul ainda permanecem, segundo Censo de 2010, com a maioria da sua população vivendo em regiões rurais.

Analisando o grau de urbanização da região da AMESC, com relação à Santa Catarina e ao Brasil, nota-se que a Microrregião possui um grau de urbanização bem menor, ficando abaixo dos 70% de sua população total, enquanto no Estado e no País, essa barreira fica

próxima da casa dos 84% nos dois casos. Dentre os municípios com maior grau de urbanização, percebe-se que eles estão situados próximo a faixa litorânea, como Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Passo de Torres e Sombrio, sendo os únicos municípios da AMESC com grau de urbanização superior a 70% de sua população total. Já os municípios interioranos, mais próximos da Serra Geral, tendem a ser mais rurais, como por exemplo, Jacinto Machado, Morro Grande e Timbé do Sul.

Tabela 3 – População segundo a situação de domicílios dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 2000 e 2010

Municípios, AMESC, Santa Catarina e Brasil	População Urbana 2000	População Rural 2000	População Urbana 2010	População Rural 2010	População Urbana 2010 (%)	População Rural 2010 (%)
Araranguá	45.052	9.654	50.526	10.784	82,41%	17,59%
Balneário Arroio do Silva	5.876	167	9.391	195	97,97%	2,03%
Balneário Gaivota	2.977	2.473	6.363	1.871	77,28%	22,72%
Ermo	593	1.464	619	1.431	30,20%	69,80%
Jacinto Machado	4.538	6.385	5.133	5.476	48,38%	51,62%
Maracajá	3.521	2.020	4.256	2.148	66,46%	33,54%
Meleiro	3.207	3.873	3.649	3.351	52,13%	47,87%
Morro Grande	737	2.180	756	2.134	26,16%	73,84%
Passo de Torres	3.522	878	5.873	754	88,62%	11,38%
Praia Grande	3.937	3.349	4.297	2.970	59,13%	40,87%
Santa Rosa do Sul	3.042	4.768	3.746	4.308	46,51%	53,49%
São João do Sul	1.143	5.641	1.572	5.430	22,45%	77,55%
Sombrio	15.925	7.037	19.638	6.975	73,79%	26,21%
Timbé do Sul	1.683	3.640	1.845	3.463	34,76%	65,24%
Turvo	5.637	5.250	7.915	3.939	66,77%	33,23%
AMESC	101.390	58.779	125.579	55.229	69,45%	30,55%
Santa Catarina	4.211.979	1.137.601	5.247.913	1.000.523	83,99%	16,01%
Brasil	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007	84,36%	15,64%

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000, 2010). Elaborada pelo Autor.

Quanto à densidade demográfica verifica-se a partir da Tabela 4, a importância da rodovia BR 101, como um dos fatores facilitadores do acesso à entrada a estes municípios, visto que, dos cinco que possuíam maior densidade demográfica no ano de 2010, apenas

Balneário Arroio do Silva, não se encontra interligada diretamente a mesma. Porém tal fator pode ser relativizado pelo fato de os municípios de Maracajá, Balneário Arroio do Silva e Passo de Torres, apesar de estarem entre os cinco com maior número de habitantes por quilometro quadrado, são respectivamente o primeiro, o terceiro e o quarto menor em questão de extensão territorial, enquanto municípios maiores e mais longe da rodovia Federal, como Jacinto Machado, Morro Grande, Praia Grande e Timbé do Sul são os quatro menores no quesito densidade demográfica, porém se situam nas encostas da Serra Geral dificultando seu povoamento.

Tabela 4 – Área total e densidade demográfica dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 2000 e 2010

Municípios, AMESC, Santa Catarina e Brasil	Área total das unidades territoriais (km²)	Densidade demográfica 2000 (hab/km²)	Densidade demográfica 2010 (hab/km²)
Araranguá	303,9	183,42	201,74
Balneário Arroio do Silva	94,6	64,41	101,33
Balneário Gaivota	147,5	36,14	55,83
Ermo	63,9	31,84	32,09
Jacinto Machado	428,8	26,21	24,74
Maracajá	63,4	78,55	101,01
Meleiro	186,6	38,13	37,51
Morro Grande	256,4	11,57	11,27
Passo de Torres	95,2	48,67	69,61
Praia Grande	278,6	25,51	26,09
Santa Rosa do Sul	151,4	47,56	53,18
São João do Sul	182,7	38,74	38,33
Sombrio	142,8	151,88	186,43
Timbé do Sul	333,6	15,94	15,91
Turvo	233,7	44,64	50,72
AMESC	2963,1	56,21	67,05
Santa Catarina	95.703,50	56,14	65,29
Brasil	8.502.728,30	19,92	22,43

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000, 2010). Elaborada pelo Autor.

4.2 OBSERVAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE UM PROCESSO DE “LITORALIZAÇÃO” NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Assim como vem ocorrendo nos municípios do Estado como um todo, começa a se verificar uma aceleração no processo de “litoralização” na Microrregião, ou seja, uma perda da população dos municípios do interior e aumento da população nos municípios do litoral. A partir da Tabela 5 e da Figura 8, podem-se auferir algumas perspectivas, onde no último período observado (2000-2010), percebe-se um alto crescimento dos três municípios litorâneos da Microrregião, sendo estes, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Passo de Torres, que obtiveram, neste período, índices de crescimento da população acima da casa dos 50%. Os referidos municípios, de acordo com os dados dos últimos dois Censos Demográficos do IBGE estiveram entre os 10 municípios que mais cresceram em número de habitantes em termos relativos no Estado. Tal característica está muito acima dos dados observados nas demais cidades da Microrregião, sendo que em boa parte desses municípios, o crescimento nesse período foi negativo ou muito pequeno.

Entre aqueles que obtiveram decréscimo na sua população no período analisado encontram-se municípios mais interioranas, como Ermo, Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande, Praia Grande e Timbé do Sul. Um dos motivos para esse fato estar ocorrendo, é por causa da baixa oferta de emprego que costuma ocorrer nesses lugares menores, sendo que boa parte da população tende a migrar para as cidades polos que dinamizam a região, como Criciúma e Araranguá, neste caso, ou até mesmo para o estado do Rio Grande do Sul, devido à proximidade geográfica.

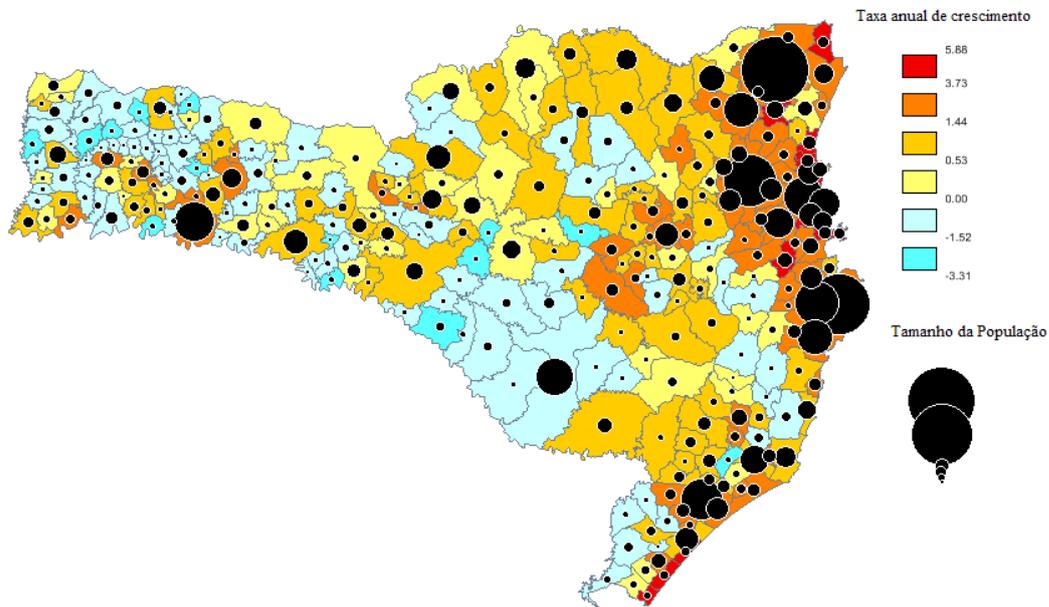
Seguindo esse ritmo de crescimento presenciado no período de 2000-2010, existe uma possibilidade de no Censo de 2020 o município de Balneário Arroio do Silva, atual quinto maior município da AMESC, já se tornar o terceiro maior da Microrregião e o município de Balneário Gaivota, atualmente sexto maior município da Microrregião, atingir a posição de quinto maior município, ultrapassando a população de Jacinto Machado que vem decrescendo em número de habitantes, desde o Censo de 1970, se aproximando da população do município de Turvo.

Tabela 5 – Evolução da população dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil de 1970-2010

Municípios, AMESC, Santa Catarina e Brasil	População 1970	População 1980	População 1991	População 2000	População 2010	Varição da População (2000- 2010)
Araranguá	26.211	33.679	48.415	54.706	61.310	12,07%
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	6.043	9.586	58,63%
Balneário Gaivota	-	-	-	5.450	8.234	51,08%
Ermo	-	-	-	2.057	2.050	-0,34%
Jacinto Machado	13.689	12.334	11.514	10.923	10.609	-2,87%
Maracajá	4.079	4.165	4.642	5.541	6.404	15,57%
Meleiro	11.306	10.697	9.755	7.080	7.000	-1,13%
Morro Grande	-	-	-	2.917	2.890	-0,93%
Passo de Torres	-	-	-	4.400	6.627	50,61%
Praia Grande	8.140	7.608	7.579	7.286	7.267	-0,26%
Santa Rosa do Sul	-	-	7.227	7.810	8.054	3,12%
São João do Sul	8.577	7.408	8.985	6.784	7.002	3,21%
Sombrio	18.049	17.293	22.253	22.962	26.613	15,90%
Timbé do Sul	6.300	5.878	5.705	5.323	5.308	-0,28%
Turvo	11.159	12.205	12.494	10.887	11.854	8,88%
AMESC	107.510	111.267	138.569	160.169	180.808	12,89%
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.356.360	6.248.436	16,65%
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	12,34%

Fonte: Censos Demográficos IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Elaborada pelo Autor.

Figura 8 – Taxa anual de crescimento e tamanho da população em Santa Catarina 2000/2010



Fonte: MIOTO (2012).

Entre os motivos atrelados a esse crescimento, verificado a partir da pesquisa de campo feita na prefeitura de Balneário Gaivota, foi o aumento do número de aposentados que vão viver no litoral buscando tranquilidade, descanso e aumento da qualidade de vida, sendo essas pessoas provenientes principalmente de outros municípios da Microrregião como também de algumas cidades do Rio Grande do Sul. Tal característica se confirma pelos dados da Tabela 6, onde a população dos municípios de Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota possuem uma maior população de idosos sobre o total, do que nos outros municípios da AMESC e também da média do Estado.

Tabela 6 – Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população nos municípios da Microrregião, AMESC e Santa Catarina 2000 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	2000			2010		
	Jovens (0 a 19 anos)	Adultos 20 a 59 anos)	Idosos (60 anos ou mais)	Jovens (0 a 19 anos)	Adultos 20 a 59 anos)	Idosos (60 anos ou mais)
Araranguá	38,9%	53,1%	8,0%	31,5%	58,1%	10,3%
Balneário Arroio do Silva	36,7%	52,2%	11,1%	29,7%	54,5%	15,8%
Balneário Gaivota	39,5%	49,0%	11,5%	30,7%	53,4%	15,9%

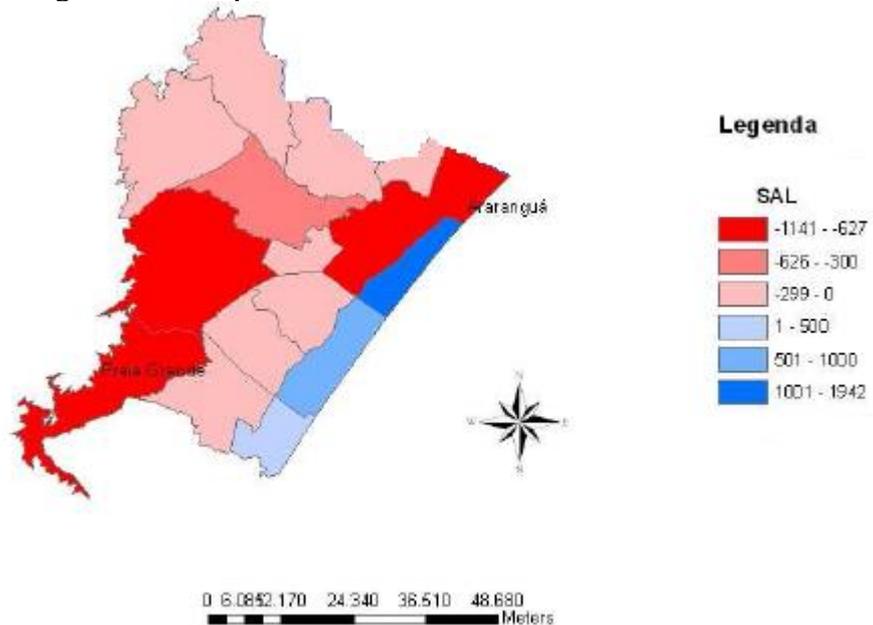
Ermo	38,6%	51,8%	9,6%	31,8%	55,4%	12,8%
Jacinto Machado	38,3%	51,7%	10,1%	30,2%	56,5%	13,3%
Maracajá	39,6%	52,5%	7,9%	31,4%	58,4%	10,1%
Meleiro	38,1%	51,8%	10,2%	29,6%	57,3%	13,2%
Morro Grande	38,8%	53,3%	7,9%	30,7%	58,1%	11,2%
Passo de Torres	40,6%	51,3%	8,1%	33,4%	55,7%	10,9%
Praia Grande	38,6%	51,8%	9,6%	31,1%	55,4%	13,5%
Santa Rosa do Sul	38,5%	52,2%	9,3%	32,2%	55,9%	11,9%
São João do Sul	38,6%	51,8%	9,6%	31,9%	55,4%	12,7%
Sombrio	40,0%	52,3%	7,6%	33,5%	56,7%	9,8%
Timbé do Sul	38,3%	52,3%	9,4%	30,5%	55,7%	13,8%
Turvo	37,7%	53,4%	9,0%	30,0%	58,3%	11,7%
AMESC	38,7%	52,0%	9,3%	31,2%	56,3%	12,5%
Santa Catarina	38,2%	53,8%	8,0%	30,5%	59,0%	10,5%

Fonte: SEBRAE (2013). Elaborada pelo autor.

A melhoria na infra-estrutura das estradas permitindo que as pessoas se locomovam com maior facilidade, também é um dos fatores determinantes para esse aumento da população. Isso se deve ao fato de que uma parte das residências dos municípios de Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota são casas de veraneio dos habitantes dos municípios de Araranguá e Sombrio respectivamente. Tais melhorias vêm fazendo com que algumas destas pessoas que possuem moradias nos dois municípios, prefiram residir nos balneários, buscando sobretudo, maior tranquilidade, a possibilidade de residir mais próximo do mar e também redução de custos, a partir da venda de suas residências nos municípios vizinhos.

Tal fator pode ser verificado a partir da Figura 9, que mostra o saldo migratório entre os municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense nos anos de 1995 e 2000, onde se verifica que os municípios de Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota obtiveram saldo migratório positivo, enquanto os municípios de Araranguá e Sombrio, obtiveram saldo negativo no mesmo período.

Figura 9 – Migrações intra-regionais na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, saldo migratório segundo município de residência em 1995 e 2000.



Fonte: ALVES, (2008). Adaptada pelo autor.

A “litoralização” da população também está atrelada a um processo econômico, visto que, é mais fácil para empresas se instalarem em municípios com fácil escoamento das mercadorias, como em Araranguá e Sombrio, os dois maiores municípios da Microrregião que ficam as margens da BR-101.

Também se verifica que Sombrio e Araranguá são o primeiro e o terceiro município da Microrregião com menor número de idosos, estando este fator de certa forma atrelado a maior oferta de emprego que há nesses municípios, tornando assim atrativo para jovens moradores de municípios interioranos da Microrregião migrarem de suas cidades natais em busca de emprego, fazendo com que haja um envelhecimento da população mais acentuado em municípios próximos da Serra Geral, como Jacinto Machado, Timbé do Sul e Praia Grande, conforme se verifica na Tabela 6.

4.3 PROCESSOS RECENTES NO SETOR PRIMÁRIO REGIONAL

Como citado anteriormente, a Microrregião sempre se destacou pela produção agrícola, seja para subsistência da população como para venda do excedente. Dentre alguns cultivos que possuem maior relevância na Microrregião estão, arroz, banana, feijão, fumo, mandioca, maracujá e milho. Na pecuária, a bovino cultura do leite a criação de frangos para abate e a de galinhas para venda de ovos, também são importantes, conforme pode ser

verificado na Tabela 7. A produção de arroz, frango e fumo na Microrregião, respondeu por 92,82% do valor total de vendas em 2011 entre os produtos selecionados, onde o valor das vendas de frangos apareceu como sendo o mais relevante. Em 2012, esses três produtos responderam por 95,37% do valor total de vendas da Microrregião, porém neste ano o valor das vendas de arroz apareceu como sendo o mais importante para a Microrregião. A partir desses dados, podemos verificar a concentração e, portanto a elevada importância desses produtos para o desenvolvimento da Microrregião.

Tabela 7 – Valor das vendas dos principais produtos agrícolas e a sua participação nos anos de 2011 e 2012

Produto	Valor das vendas (R\$) – 2011	Valor das vendas do produto/total – 2011	Valor das vendas (R\$) – 2012	Valor das vendas do produto/total – 2012
Arroz	120.685.184,79	32,32%	192.064.933,31	40,23%
Banana	4.664.059,74	1,25%	5.484.873,23	1,15%
Bovinos	3.908.574,04	1,05%	2.751.244,78	0,58%
Feijão	195.131,19	0,05%	330.215,18	0,07%
Frangos	128.029.306,05	34,28%	148.344.644,35	31,08%
Frutíferos – Diversos	*	*	4.401.217,38	0,92%
Fumo	97.924.639,15	26,22%	114.849.146,32	24,06%
Leite "in natura"	1.331.285,19	0,36%	1.236.054,65	0,26%
Madeira	11.434.887,08	3,06%	971.082,59	0,20%
Mel de abelha	285.743,54	0,08%	269.653,50	0,06%
Milho	*	*	1.464.886,84	0,31%
Morango	1.113.488,22	0,30%	844.938,99	0,18%
Palmito	36.472,00	0,01%	53.813,78	0,01%
Peixes	1.602.054,92	0,43%	878.899,74	0,18%
Queijos	3.087,16	0,00%	30.655,16	0,01%
Suínos	2.205.803,00	0,59%	3.206.949,56	0,67%
Tomate	40.906,28	0,01%	181.960,02	0,04%
TOTAL	373.460.622,35	100,00%	477.365.169,38	100,00%

Fonte: JORGE (2012) e SEF/AMESC (2012). Elaborada pelo autor.

* Valor das vendas destes produtos não encontradas no trabalho consultado.

As propriedades agropecuárias dos municípios da Microrregião, como se verifica na Tabela 8, são compostas por estabelecimentos na sua grande maioria de pequeno porte e familiares. Nota-se através dos dados, que tais características são mais acentuadas que em Santa Catarina e no Brasil, visto que, os municípios considerados familiares representam na

Microrregião 93,44% do total, enquanto no Estado 91,98% e no País 87,48%. Observa-se também que mais da metade (54,53%) das propriedades tem até 10 hectares, enquanto em Santa Catarina e no Brasil são 36,61% e 50,34% respectivamente. Tal característica pode ser explicada pelas diferenças de colonização que houveram no Estado; enquanto no Planalto Serrano, a ocupação das terras foram feitas por pessoas provenientes de São Paulo, que chegavam a região para criar gado e ocupavam grandes territórios, os latifúndios; na região litorânea e no Vale do Itajaí, a colonização açoriana, alemã e italiana principalmente, formavam propriedades menores. Se elevarmos a análise para propriedades com até 50 hectares, verifica-se uma concentração de 94,07% do total na Microrregião, enquanto em Santa Catarina e no Brasil 90,28% e 82,47% respectivamente, possuem essa característica.

Tabela 8 – Estabelecimentos agropecuários considerados de agricultura familiar e não familiar, dividido entre grupos de área total dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, da AMESC, de Santa Catarina e do Brasil em 2006

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Número de estabelecimentos agropecuários					
	Familiares até 10 hectares	Familiares entre 10 e 50 hectares	Familiares com mais de 50 hectares	Não familiares até 10 hectares	Não familiares entre 10 e 50 hectares	Não familiares com mais de 50 hectares
Araranguá	654	261	29	68	36	13
Balneário Arroio do Silva	13	5	1	1	1	4
Balneário Gaivota	227	57	4	10	5	6
Ermo	114	68	10	6	1	4
Jacinto Machado	385	641	97	17	41	12
Maracajá	126	80	9	6	4	4
Meleiro	403	354	53	7	15	10
Morro Grande	114	219	31	6	8	9
Passo de Torres	57	27	5	4	1	3
Praia Grande	210	210	29	8	10	12
Santa Rosa do Sul	609	231	9	15	14	8
São João do Sul	870	296	17	26	21	6
Sombrio	386	165	10	21	30	13
Timbé do Sul	182	307	35	3	11	5
Turvo	227	322	51	16	33	22
AMESC	4.577	3.243	390	214	231	131
Santa Catarina	65.474	95.840	13.025	3.920	5.882	5.405
Brasil	2.345.327	1.412.243	546.983	131.824	168.475	315.765

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Elaborada pelo autor.

4.3.1 Arroz

Como verificado na Tabela 9, a produção de arroz se destaca na região, como um dos principais produtos dinamizadores da economia local. Conforme a Tabela 8 percebe-se um acréscimo da produção da Microrregião ao longo das últimas duas décadas, sendo que em 2010 a produção local representou por 32,03% do total do Estado. Destaques para os municípios de Turvo, Meleiro e Jacinto Machado com representatividades de 7,06%, 5,61% e 4,17% sobre o total da produção estadual respectivamente. Neste período, Turvo ocupou a posição de maior produtor, seguido de Meleiro com a terceira maior produção e Jacinto Machado com a sétima.

Tabela 9 – Área colhida e quantidade produzida de arroz nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Área colhida 1990 (Hectares)	Área colhida 2000 (Hectares)	Área colhida 2010 (Hectares)	Quantidade produzida 1990 (Toneladas)	Quantidade produzida 2000 (Toneladas)	Quantidade produzida 2010 (Toneladas)
Araranguá	3.700	3.900	4.500	13.875	13.350	31.050
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	-	-	-
Balneário Gaivotas	-	150	-	-	750	-
Ermo	-	2500	3100	-	13.150	19.825
Jacinto Machado	3.380	5.450	6.630	15.810	32.700	43.427
Maracajá	970	720	1.500	2.450	1.540	11.250
Meleiro	8.700	8.650	9.200	38.850	52.590	58.420
Morro Grande	-	2350	3150	-	13.500	21.262
Passo de Torres	-	650	650	-	3.600	3.250
Praia Grande	2.500	2.650	3.300	10.230	15.264	21.038
Santa Rosa do Sul	400	950	800	1.600	5.480	4.600
São João do Sul	3.900	3.000	4.000	15.600	18.000	25.000
Sombrio	1.000	1.100	1.500	3.200	6.430	9.000
Timbé do Sul	1.350	1.650	2.150	5.700	9.000	12.040
Turvo	9.430	8.550	9.000	50.922	59.850	73.500
AMESC	35.330	42.270	49.480	158.237	245.204	333.662
Santa Catarina	152.191	134.952	150.473	567.686	799.031	1.041.587

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaborada pelo autor.

Nas últimas três décadas, a Microrregião do Extremo Sul Catarinense vem apresentando fortes crescimentos nas atividades agrícolas e agroindustriais. O

desenvolvimento do capitalismo esteve diretamente ligado ao crescimento da produção regional, à medida que possibilitou pequenos produtores mercantis se transformarem em empresários agroindustriais e também que a produção de subsistência virasse uma produção especializada com alta produtividade e integrada aos mercados. Para tanto, esta alta produtividade do arroz, característica da produção na região, foi adquirida, principalmente a partir da criação, em 1981, por parte do Governo Federal, do Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis – PROVARZEA. Esse programa auxiliou em pesquisas feitas com sementes adaptadas as condições climáticas do Estado e também através de projetos de sistematização das áreas de produção do arroz, para implantar o sistema de cultivo pré-germinado, substituindo o método de cultivo convencional. A criação da EPAGRI auxiliou no aprimoramento das lavouras de arroz no sul catarinense, juntamente a modernização tecnológica e o apoio estatal que também foram fatores importantes para o desenvolvimento de empresas de beneficiamento deste produto na Microrregião (RAMOS, J., 2010).

Porém, segundo informações coletadas na EPAGRI de Turvo, em decorrência dessa maior mecanização da produção, já existe uma tendência de redução da área plantada (área colhida) na Microrregião por parte dos pequenos agricultores, visto que, por ser um cultivo que necessita de altos investimentos em máquinas e equipamentos, faz com que estes migrem para a produção de outros cultivos, como o fumo, o maracujá e a bovinocultura do leite. Estes cultivos mais intensivos em mão-de-obra faz com que a produção fique altamente concentrada na mão de poucos agricultores, que possuem maiores extensões de terra e melhores equipamentos agrícolas.

Um fator que gera problemas também para a produção local, constatado através das pesquisas de campo, é a elevação da renda média do brasileiro, que faz com que as famílias prefiram consumir outros produtos em detrimento do arroz. Segundo informações obtidas na EPAGRI do município de Turvo, percebe-se isso, através de que uma região que consome boa parcela da produção local é o Nordeste. Região esta, que as famílias em média possuem menor poder aquisitivo do que as do Sul e Sudeste do País. A entrada do arroz de outros países, principalmente da Ásia, como Indonésia, Japão e Tailândia, também foi considerado como um problema para a produção local, visto que, entra no país com preço menor, o que dificulta a colocação do arroz da Microrregião, nos mercados de estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Todavia, segundo informações obtidas, a EPAGRI está tentando, dois novos tipos de arroz especiais, conforme se pode verificar nas Figuras 10 e 11. Estes tipos de arroz, embora

possuem uma produtividade por hectare um pouco menor que o arroz comum, possuem uma demanda Europeia garantida para a sua compra.

Figura 10 – Arroz Rubi.



Fonte: foto retirada pelo Autor.

Figura 11 – Arroz Ônix.



Fonte: foto retirada pelo Autor.

“De acordo com o gerente da Estação Experimental de Itajaí, José Alberto Noldin, as variedades Rubi e Ônix são consideradas especiais devido ao seu aspecto, adequado a pratos mais elaborados. Além de que a sua composição química diferenciada e destacada por conteúdos mais elevados de compostos fenólicos, são importantes na alimentação, pois são antioxidantes”⁸

⁸ Disponível em:

<<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=27981&secao=Pacotes%20Tecnol%F3gico#null>>. Acesso em 31 out. 2013.

4.3.2 Mandioca

O cultivo da mandioca, apesar de ser um dos mais antigos e importantes para a Microrregião, pois como citado anteriormente, se adapta bem ao solo local, vem perdendo força ao longo das últimas duas décadas, como se verifica na Tabela 10. Enquanto em 1990 a área colhida na região era de 7.790 hectares e a quantidade produzida 109.690 toneladas respondendo por 9,44% da produção total do Estado, em 2010 esses dados já eram consideravelmente menores, onde a área colhida era de 1.563 hectares, sendo a quantidade produzida de 24.545 toneladas, representando apenas 4,54% da produção Estadual.

Entre os fatores encontrados para essa redução da produção, está na migração de pequenos agricultores para outros cultivos, principalmente o fumo e o maracujá a partir do anos 1990, produtos estes também bem adaptado ao solo local, mas que possuíam uma garantia maior de venda e de preços.

Tabela 10 – Área colhida e quantidade produzida de mandioca nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Área colhida 1990 (Hectares)	Área colhida 2000 (Hectares)	Área colhida 2010 (Hectares)	Quantidade produzida 1990 (Toneladas)	Quantidade produzida 2000 (Toneladas)	Quantidade produzida 2010 (Toneladas)
Araranguá	1.800	1.100	400	25.200	16.500	7.000
Balneário Arroio do Silva	-	5	-	-	50	-
Balneário Gaivota	-	110	50	-	1.320	750
Ermo	-	40	60	-	600	900
Jacinto Machado	450	150	25	6.750	2.250	375
Maracajá	670	70	50	10.050	1.050	850
Meleiro	350	50	20	4.200	750	300
Morro Grande	-	10	20	-	150	300
Passo de Torres	-	110	20	-	1.210	300
Praia Grande	550	180	14	8.250	2.700	210
Santa Rosa do Sul	700	550	200	8.400	8.250	3.000
São João do Sul	2.000	1.100	400	30.000	16.500	6.000
Sombrio	850	400	300	10.200	6.000	4.500
Timbé do Sul	100	40	2	1.200	600	30

Turvo	320	50	2	5.440	750	30
AMESC	7.790	3.965	1.563	109.690	58.680	24.545
Santa Catarina	67.596	38.544	29.929	1.162.239	691.996	540.626

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaborada pelo autor.

4.3.3 Fumo

A produção de fumo na Microrregião como mostrado na Tabela 6, está entre os três produtos mais importante/es em nível de valor e de vendas. Na Microrregião existem grandes empresas multinacionais, como a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos, a Continental Tobaccos Alliance (CTA) e a Philip Morris Brasil em Araranguá e a Souza Cruz em Sombrio, sendo que algumas são para o beneficiamento e estocagem, outras apenas para estocagem da produção, porém um dos problemas apontados em questão da criação de empregos nas empresas de fumo é que ela é muito irregular, aumentando nos momentos de colheita de safra porém decaindo após o término da colheita.

A produção na Microrregião é mais destacada no município de Araranguá conforme se verifica na Tabela 11 e também nos municípios de Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo, sendo uma produção mais intensiva em mão-de-obra, normalmente familiar e realizada em pequenos hectares.

Com relação a produção total da Microrregião, entre os anos analisados há um decréscimo da produção entre 1990 e 2010. A região vem perdendo sua participação também em termos relativos sobre o total da produção deste cultivo em nível estadual, onde em 1990 e 2000 representou 16,11% e 12,13% do total produzido, enquanto em 2010 apenas 9,71%. Este fator decorre do decréscimo da produção na maioria dos municípios locais ao longo dos anos verificados, como Jacinto Machado, Meleiro, São João do Sul, Sombrio e Turvo, sendo que entre os maiores produtores apenas Araranguá apresentou um bom crescimento.

Entre os fatores apontados como determinantes para esse decréscimo, estão os movimentos de anti-tabagismo liderados por ONG's, o aumento das alíquotas de impostos sobre a produção e a maior conscientização da população contra o consumo.

Um dos problemas apontados para a migração da produção de fumo local para outros cultivos, segundo informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado é a falta de incentivos governamentais, que faz com que os pequenos agricultores fiquem com medo de migrar para outras produções e não conseguir vender a sua mercadoria, preferindo continuar com um cultivo no qual está mais familiarizado.

Tabela 11 – Área colhida e quantidade produzida de fumo nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina de 1990, 2000 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Área colhida 1990 (Hectares)	Área colhida 2000 (Hectares)	Área colhida 2010 (Hectares)	Quantidade produzida 1990 (Toneladas)	Quantidade produzida 2000 (Toneladas)	Quantidade produzida 2010 (Toneladas)
Araranguá	1.429	2.594	3.860	2.729	5.338	6.000
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	-	-	-
Balneário Gaivota	-	197	510	-	404	785
Ermo	-	579	900	-	1.162	1.405
Jacinto Machado	1.331	494	1.052	2.433	1.005	1.640
Maracajá	631	417	760	1.150	858	1.220
Meleiro	2.050	704	846	3.958	1.428	1.324
Morro Grande	-	509	600	-	945	914
Passo de Torres	-	127	202	-	262	314
Praia Grande	622	176	291	1.140	357	447
Santa Rosa do Sul	331	756	1.384	675	1.527	2.110
São João do Sul	1.228	1.193	1.340	2.418	2.457	1.713
Sombrio	1.951	1.671	1.760	3.835	3.379	2.590
Timbé do Sul	1.144	900	1.300	2.143	1.826	2.030
Turvo	2.211	924	1.315	4.070	1.893	2.050
AMESC	12.928	11.241	16.120	24.551	22.841	24.542
Santa Catarina	84.244	96.117	130.196	152.396	188.327	252.771

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaborada pelo autor.

4.3.4 Banana

A produção de banana na Microrregião possui maior relevância principalmente para as economias dos municípios de Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado ela se iniciou no município a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, representando neste período seu principal cultivo. A partir da década de 1990, começa-se o cultivo da banana “prata” e da banana “caturra”, substituindo a produção da banana “branca” da Microrregião que demorava mais para crescer.

Apesar do crescimento da quantidade produzida na Microrregião, de 2001 para 2010, verificado na Tabela 12, houve uma perda relativa da produção com relação a outras regiões

do Estado e do País, como no Vale do Itajaí, no Nordeste de Santa Catarina e no Sul do estado de São Paulo divisa com Paraná. Conforme entrevista feita no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado, dentre os motivos constatados para tal ocorrência, foi que a produção local não evoluiu tanto sua tecnologia como nessas outras regiões que foram investindo mais. O clima local também não é tão bom, pois quando ocorrem invernos mais rigorosos e com muito vento, a colheita decresce muito. As pequenas propriedades também fazem com que as produções sejam menores e acabam sendo uma das barreiras. Dessa forma, em decorrência desses fatores, as pessoas ficam com mais medo de investir na Microrregião.

Atualmente duas fábricas de bala de banana em Jacinto Machado, absorvem em média 70% da produção dos pequenos agricultores do município, auxiliando assim na venda local, uma vez que essas empresas exigem menor qualidade, comprando aquelas bananas menores e mais “feias”, diferentemente da venda em supermercado que exige um maior controle de qualidade.

Tabela 12 – Área colhida e quantidade produzida de banana nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010*

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Área colhida 2001 (Hectares)	Área colhida 2005 (Hectares)	Área colhida 2010 (Hectares)	Quantidade produzida 2001 (Toneladas)	Quantidade produzida 2005 (Toneladas)	Quantidade produzida 2010 (Toneladas)
Araranguá	14	14	14	84	84	70
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	-	-	-
Balneário Gaivota	-	-	-	-	-	-
Ermo	-	-	-	-	-	-
Jacinto Machado	3.540	3.540	3.540	22.590	13.492	46.020
Maracajá	20	20	20	120	70	80
Meleiro	75	75	75	450	375	450
Morro Grande	5	12	12	30	48	72
Passo de Torres	-	-	-	-	-	-
Praia Grande	350	350	350	2.940	2.580	2.450
Santa Rosa do Sul	1000	1000	970	8.300	4.320	12.610
São João do Sul	-	-	-	-	-	-
Sombrio	285	400	400	2.900	1.496	4.000
Timbé do Sul	220	220	175	1.700	680	1.138
Turvo	130	130	130	1.180	870	1.560
AMESC	5.639	5.761	5.686	40.294	24.015	68.450

Santa Catarina	28.785	31.164	30.419	585.858	668.003	664.012
-----------------------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaborada pelo autor.

* Optou-se por utilizar dados apenas a partir de 2001, pois segundo os dados do IBGE somente a partir desse período que a contagem da quantidade produzida começou a ser feita por toneladas, anteriormente era feita por mil cachos.

4.3.5 Maracujá

A produção de Maracujá na Microrregião, assim como em todo o país ganhou força a partir dos anos de 1990 com a valorização da fruta, em Santa Catarina conforme os dados do IBGE a produção iniciou em 1992 no município de Camboriú. Na AMESC, a produção iniciou em alguns municípios no ano de 1996 ganhando certa relevância. Embora a Microrregião correspondesse por 62,19% da produção total do Estado em 2010, Santa Catarina representa um pequeno volume da quantidade total produzida no País se comparado com a região Nordeste, que respondeu por mais de 75% da produção total do Brasil no ano de 2010, segundo dados do IBGE.

Conforme a Tabela 13 verifica-se que a produção na Microrregião obteve uma variação negativa entre os anos 2001 e 2005 recuperando parte da sua produção em 2010, entre os motivos destacados para tal ocorrência foi a queda do preço e pelas doenças que atingiram a produção local, porém devido a nova elevação dos preços do produto e a garantia de mercado principalmente no Estado de São Paulo, fez com que o cultivo ganhasse força novamente na Microrregião.

Tabela 13 – Área colhida e quantidade produzida de maracujá nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010*

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Área colhida 2001 (Hectares)	Área colhida 2005 (Hectares)	Área colhida 2010 (Hectares)	Quantidade produzida 2001 (Toneladas)	Quantidade produzida 2005 (Toneladas)	Quantidade produzida 2010 (Toneladas)
Araranguá	15	10	20	173	115	230
Balneário Arroio do Silva	2	3	-	23	34	-
Balneário Gaiivota	30	3	7	342	33	80
Ermo	10	1	-	115	2	-
Jacinto Machado	100	20	50	1.150	230	575
Maracajá	10	-	-	115	-	-
Meleiro	5	-	-	57	-	-
Morro Grande	3	-	-	35	-	-

Passo de Torres	6	-	-	69	-	-
Praia Grande	25	10	-	290	90	-
Santa Rosa do Sul	15	4	22	172	46	265
São João do Sul	15	5	18	172	58	210
Sombrio	15	20	90	172	230	1.050
Timbé do Sul	4	-	-	46	-	-
Turvo	10	-	-	115	-	-
AMESC	265	76	207	3.046	838	2.410
Santa Catarina	435	395	294	5.910	5.183	3.875

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaborada pelo autor.

* Optou-se por utilizar dados apenas a partir de 2001, pois segundo os dados do IBGE somente a partir desse período que a contagem da quantidade produzida começou a ser feita por toneladas, anteriormente era feita por mil frutos.

Por se tratar de um cultivo que exige pouca mecanização para o seu plantio e em decorrência da garantia de preço e de venda, tanto para consumo “in natura” quanto para venda para empresas produtoras de suco, muito dos pequenos agricultores locais migraram para a produção de Maracujá, em relação a outros produtos, como o arroz, que exige maiores níveis de investimento e o fumo que vem sofrendo pressões para a diminuição do seu consumo.

De acordo com Meletti (2011) O maracujazeiro é cultivado normalmente em propriedades que vão de 3 a 5 hectares, característica essa, como vista anteriormente, predominante na Microrregião.

O autor descreve que embora ainda seja uma cultura de grande risco, devido à grande suscetibilidade a doenças, pela utilização de insumos de alto valor aquisitivo e também pela necessidade de corresponder com as exigências de qualidade dos mercados a que se destina, o cultivo vem crescendo devido ao alto valor agregado da produção e no alto nível de empregabilidade rural, a partir de que, segundo especialistas cada hectare de maracujá gera 3 a 4 empregos diretos e ocupa 7 a 8 pessoas, nos diversos elos da cadeia produtiva.

4.3.6 Pecuária

A pecuária possui destaque na AMESC, principalmente através da criação de frangos como demonstrados anteriormente na Tabela 7, mas também na criação de bovinos, suínos e na produção de leite, porém estes últimos em menor número.

A criação de bovinos e a produção de leite local tem um bom grau de importância principalmente entre as pequenas propriedades familiares que costumam voltar-se para um maior número de atividades embora em menor escala. O desenvolvimento da bovinocultura do leite entre os pequenos agricultores se dá pelo fato de a produção requerer custos menores se comparada com a implementação de aviários e chiqueiros que necessitam de um bom grau de tecnificação se tornando assim mais caros. O gado criado para a produção de leite necessita de menores cuidados, pois caso ocorra algum problema, como uma baixa nos preços, o agricultor tem a opção de soltá-lo no campo, não fornecendo mais outros tipos de pastagens especiais, reduzindo assim seus custos.

Embora a bovinocultura do leite tenha importância local, ela deve ser relativizada, a partir do fato que se constata na Tabela 14 que entre os anos de 2000 e 2010 houve um decréscimo da produção local, com destaque apenas para o município de Araranguá que obteve crescimento entre os maiores produtores. Em termos relativos a produção vem perdendo importância, enquanto em 2000 ela representou 1,15% da produção total do Estado, em 2010 essa produção representava apenas 0,19%. Em contraste com o Oeste Catarinense, Mesorregião maior produtora do Estado, houve um grande crescimento, nesse mesmo período. Enquanto em 1990 a produção da Mesorregião respondia por 42,25% e 60% do total, em 2010 esse valor evoluiu para 73,17% do total produzido em Santa Catarina.

Tabela 14 – Produção de leite e de ovos nos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Produção de Leite (mil litros) - 1990	Produção de Leite (mil litros) - 2000	Produção de Leite (mil litros) - 2010	Produção de ovos de galinha (mil dúzias) - 1990	Produção de ovos de galinha (mil dúzias) - 2000	Produção de ovos de galinha (mil dúzias) - 2010
Araranguá	1.355	1.200	1.590	1.547	5.160	4.845
Balneário Arroio do Silva	-	280	15	-	-	6
Balneário Gaiivota	-	590	50	-	77	163
Ermo	-	527	55	-	35	860
Jacinto Machado	810	1.200	450	142	228	12
Maracajá	240	350	80	27	36	125
Meleiro	749	1.520	440	189	230	600
Morro Grande	-	512	201	-	180	1.700
Passo de Torres	-	175	10	-	2	17

Praia Grande	450	599	210	75	93	20
Santa Rosa do Sul	275	503	230	57	120	250
São João do Sul	680	438	379	146	131	460
Sombrio	550	904	235	69	130	298
Timbé do Sul	446	940	320	72	127	3.450
Turvo	979	1.848	340	308	200	2.100
AMESC	6.533	11.585	4.605	2.631	6.749	14.905
Santa Catarina	650.409	1.003.098	2.381.130	99.149	136.059	209.582

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Elaborada pelo autor.

A produção de ovos de galinha, conforme visto na Tabela 13, já passam por um processo de crescimento da participação sobre o total Estadual, onde nos anos de 1990, 2000 e 2010 representou 2,65%, 4,96% e 7,11% respectivamente. Destaque principalmente para os municípios de Araranguá, Timbé do Sul, Turvo e Morro Grande, sendo que, segundo trabalho feito pelo Sebrae (2013) em 2010 estes municípios respondiam pela 12^a, 16^a, 24^a e 29^a maior produção do Estado.

A Tabela 15 demonstra a evolução da criação de bovinos e suínos nos municípios da AMESC, sendo que a produção de bovinos ao longo dos períodos observados pouco variou se pegarmos apenas os anos de 1990 e 2010, isso pode estar atrelado ao fato de não haver grandes produtores na Microrregião.

A produção de suínos na Microrregião passou por um grande decréscimo, em parte devido ao fato da elevação do nível de exigência por parte das empresas que fazem o beneficiamento para vender ao mercado. Dessa forma fazendo com que não valesse mais a pena ao pequeno produtor continuar com sua produção, dificultando sua adaptação ao maior controle de qualidade exigido. Com isso os grandes produtores, principalmente na Mesorregião Oeste, foram ganhando maiores parcelas do mercado. Outro problema também constatado nas entrevistas feitas é que a carne suína é pouco consumida no mercado interno, dificultando sua venda no Brasil.

Tabela 15 – Criação de bovinos e suínos na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Bovinos (cabeças) - 1990	Bovinos (cabeças) - 2000	Bovinos (cabeças) - 2010	Suínos (cabeças) - 1990	Suínos (cabeças) - 2000	Suínos (cabeças) - 2010
Araranguá	15.850	8.000	11.365	6.010	6.200	1.221

Balneário Arroio do Silva	-	950	1.090	-	395	23
Balneário Gaivota	-	4.100	5.483	-	290	254
Ermo	-	1.600	2.252	-	2.960	99
Jacinto Machado	10.750	7.500	11.872	14.270	14.000	6.110
Maracajá	3.250	3.200	3.671	15.430	6.950	174
Meleiro	8.500	4.100	5.526	10.880	3.700	826
Morro Grande	-	2.300	3.391	-	2.330	418
Passo de Torres	-	2.000	2.621	-	190	98
Praia Grande	6.000	4.700	6.881	5.070	2.190	690
Santa Rosa do Sul	5.550	5.460	7.474	1.955	1.350	880
São João do Sul	11.100	6.200	8.949	4.370	1.450	885
Sombrio	11.320	5.500	6.996	2.425	830	750
Timbé do Sul	5.150	3.400	4.564	5.880	12.900	1.710
Turvo	10.650	6.000	6.456	13.460	11.600	2.910
AMESC	88.120	65.010	88.591	79.750	67.335	17.048
Santa Catarina	2.994.111	3.051.104	3.985.662	3.330.516	5.093.888	7.817.536

Fonte: Censo IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Elaborada pelo autor.

Diferentemente da criação de bovinos e suínos na Microrregião, a produção de galos, frangas, frangos, pintos e de galinhas para a produção de ovos, vem tendo um bom nível de crescimento nos períodos constatados, conforme se verifica na Tabela 16.

Destaque para o município de Morro Grande com a criação da empresa Tramonto em 2007, firma esta, processadora de carne de aves, com capacidade para processar até 120 mil aves por dia, empregando boa parte da população do município. No entanto a partir do final de janeiro deste ano, a empresa foi alugada pela JBS⁹ por um período de cinco anos prorrogável por mais cinco, sendo que a empresa pretende incorporar as atividades dessa fábrica a outras fábricas já adquiridas na região sul, como a Agrovêneto de Nova Veneza adquirida em novembro de 2012 e também da Seara, em junho de 2013, que possui unidade em Forquilha no Sul do Estado¹⁰. Porém de acordo com entrevista feita com o secretário da AMESC, a atuação da empresa na Microrregião ainda é uma incógnita, visto que, ela é especializada no processamento de carne bovina.

Uma das dificuldades para a criação de frangos na região está no seu principal insumo, o milho, produzido em maior abundância no Centro-Oeste do País, sendo esta a Mesorregião

⁹ Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/jbs-aluga-fabricas-de-processamento-de-aves-em-sc_128011.html>. Acesso em 31 out. 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.clicatribuna.com/noticia/jbs-compra-seara-brasil-empresa-possui-unidade-em-forquilha-92748>>. Acesso em 31 out. 2013.

que mais produziu milho no ano de 2012 segundo dados do IBGE. Este fator atrelado aos custos de transporte faz com que as empresas prefiram apostar na produção nessas localidades.

Outro fator atrelado a alteração na produção do setor, é a transformação tecnológica na qual este está passando através da implementação do sistema “Dark House” onde o aviário tem seu ambiente cada vez mais controlado, acelerando o tempo de engorda das aves, fazendo com que haja melhorias quanto a produtividade. O sistema consiste na construção de aviários totalmente fechados, com ventilação tipo túnel e luz artificial, objetivando controlar todas as variáveis ambientais dentro do galpão, inclusive a iluminação¹¹.

Tabela 16 – Criação de galos, frangas, frangos, pintos e galinhas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense, na AMESC, e em Santa Catarina 2001, 2005 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	Galos, frangas, frangos e pintos (cabeças) - 1990	Galos, frangas, frangos e pintos (cabeças) - 2000	Galos, frangas, frangos e pintos (cabeças) - 2010	Galinhas (cabeças) - 1990	Galinhas (cabeças) - 2000	Galinhas (cabeças) - 2010
Araranguá	492.565	320.000	2.373.000	165.280	420.000	323.000
Balneário Arroio do Silva	-	-	14.500	-	-	260
Balneário Gaivota	-	18.500	340.000	-	9.000	41.500
Ermo	-	75.300	260.000	-	5.200	53.000
Jacinto Machado	43.600	68.000	540.000	35.500	24.000	2.300
Maracajá	7.800	270.000	303.000	5.350	6.000	10.900
Meleiro	69.500	290.000	850.000	47.200	35.000	160.000
Morro Grande	-	420.000	1.000.000	-	30.000	130.000
Passo de Torres	-	18.000	100.000	-	400	4.100
Praia Grande	25.570	36.000	75.000	18.800	15.500	6.500
Santa Rosa do Sul	16.200	32.000	68.000	11.400	15.000	37.000
São João do Sul	26.900	46.000	75.000	29.200	21.800	22.000
Sombrio	19.650	80.000	400.000	13.700	15.600	96.000
Timbé do Sul	70.500	640.000	1.450.000	18.000	18.000	260.000
Turvo	96.500	1.000.000	1.600.000	77.000	30.000	120.000
AMESC	868.785	3.313.800	9.448.500	421.430	645.500	1.266.560
Santa Catarina	56.020.939	111.561.860	157.359.368	10.615.370	12.178.629	16.408.207

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Elaborada pelo autor.

¹¹ Disponível em: <http://www.avesui.com/noticias/workshop-sobre-dark-house-na-avicultura-e-destaque-do-xii-seminario-tecnico-cientifico-de-aves-e-suinos-na-avesui-2013/20130215113513_H_875>. Acesso em 31 out. 2013.

Sucintamente, o que se observou a partir das últimas décadas, principalmente com a elevação da tecnificação na produção e com o aumento das exigências de mercado e da fiscalização da mão-de-obra por parte do Ministério do Trabalho, é que gerou maior dificuldade para adaptação destes pequenos produtores.

Segundo informações obtidas através de entrevistas feitas em alguns órgãos regionais e municipais na Microrregião, percebe-se que há uma tendência local, seguindo um ritmo mundial, de concentração da produção de cultivos intensivos em mecanização, tecnologia e fertilizantes, na mão de poucos agricultores que possuem maior quantidade de terras e de capital, visto que, hoje a mão-de-obra especializada está cada vez mais cara. Dessa forma, o pequeno agricultor tende a ficar na produção de cultivos intensivos em mão-de-obra, visto a sua vantagem devido ao seu menor custo pela utilização da mão-de-obra familiar, migrando assim, de um produto para outro conforme variações nos preços de mercado. Apesar da evolução tecnológica nos últimos anos, muitas propriedades na Microrregião continuam utilizando métodos tradicionais, com pouca utilização de mecanização para cultivos e criação de rebanhos.

Um problema para o pequeno agricultor, apontado através das pesquisas feitas, é a maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho da mão-de-obra infantil familiar e das dificuldades de legalização dos contratos dos trabalhadores, gerando multas para aqueles que não se adequam as leis aplicadas¹².

Constatou-se também um certo grau de fragilidade da produção local, devido a pequena variedade de produtos que dinamizam a Microrregião, visto que, em 2011 o valor das vendas de arroz, frango e fumo, respondiam por aproximadamente 92,82% do total, segundo as produções selecionadas conforme Tabela 7. Em 2012, houve um aumento relativo para aproximadamente 95,37% do total produzido, para esses mesmos produtos, essa elevada concentração de importância em poucas produções, deixa a Microrregião refém da ocorrência de problemas, como a redução dos preços desses produtos, prejudicando principalmente o desenvolvimento dos municípios mais agrários pertencentes à Microrregião do Extremo Sul Catarinense.

¹² Disponível em: <<http://www.sombrio.sc.gov.br/noticia/2013/11/agricultores-se-reunem-na-prefeitura-de-sombrio-para-ouvir-orientacoes-sobre-mt>> Acesso em 10 nov. 2013.

4.4 PROCESSOS RECENTES NO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO REGIONAL

Assim como descrito anteriormente, a agricultura tem um papel muito importante no desenvolvimento econômico da Microrregião, isso se verifica também conforme tabela 17, onde, em 2012, as três atividades com maior valor agregado da Microrregião foram beneficiamento de arroz, abate de aves e processamento do fumo, sendo que elas corresponderam por 19,24%, 8,80% e 7,54% da produção total da Microrregião, juntas corresponderam por mais de 1/3 deste mesmo total.

Tabela 17 – Relatório dos 10 maiores Valores Adicionados dos municípios da Microrregião do Extremo Sul Catarinense por CNAE, 2012

Descrição do CNAE	Soma do V. A.	Nº de Empresas
Beneficiamento de arroz	377.656.707,47	288
Abate de aves	172.742.435,47	37
Processamento industrial do fumo	148.053.564,31	31
Distribuição de energia elétrica	123.650.740,55	26
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios supermercados	87.823.863,24	263
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	70.757.350,57	1.088
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	65.805.067,31	398
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	50.102.180,55	103
Comércio atacadista de fumo beneficiado	49.741.338,81	42
Produção de pintos de um dia	46.538.045,25	6
Total*	1.963.166.865,62	9.873

Fonte: SEF/AMESC, elaborada pelo Autor.

* Total de todos os produtos da Microrregião

Entre os municípios que mais se destacam nessas atividades são Jacinto Machado (R\$ 119.886.156,39), Turvo (R\$ 99.646.864,41) e Meleiro (R\$ 61.018.982,64) com relação ao beneficiamento de arroz; Morro Grande (R\$ 58.942.118,50), Timbé do Sul (R\$ 28.053.041,63) e Turvo (R\$ 27.668.884,63) em relação ao número de abate de aves; e o município de Araranguá respondendo por mais de 80% do valor agregado (R\$ 118.874.936,75) com relação ao processamento do fumo.

Outra atividade que já apresenta o 7º maior valor agregado da Microrregião é a confecção de peças do vestuário, onde Sombrio responde por praticamente 70% (R\$ 46.053.723,33) do valor adicionado total.

Atualmente, a tradicional indústria calçadista local, não figura mais nem entre as 30 atividades com maior valor adicionado na Microrregião, correspondendo por apenas R\$ 8.551.847,11 do valor adicionado total em 2012, sendo o município de Sombrio o mais importante, respondendo por R\$ 7.632.681,00.

O comércio varejista e atacadista desponta como importante fonte de valor adicionado para Microrregião, com maior relevância aqueles ligados aos produtos alimentícios, combustíveis, fumo, automóveis, artigos de vestuário, móveis, materiais de construção e calçados. Representando também por grande parcela do crescimento do emprego formal na Microrregião.

4.4.1 Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho sofreu algumas alterações nos diferentes níveis federativos nas últimas décadas, onde a Microrregião não esteve desligada desse movimento. Na tabela 18 verifica-se a evolução da quantidade de vínculos formais nos municípios da Microrregião, na AMESC como um todo e em Santa Catarina nos anos de 1998, 2004 e 2010. Consta-se através dos dados, um aumento na representatividade do setor de comércio que em 1998 representava nos municípios da AMESC 25,30% do total de empregos formais, e em Santa Catarina por 16,17%. Em 2010 já correspondia por 28,04% na Microrregião e 20,10% no Estado. Diferentemente dos dados referentes ao Estado, a Indústria é o setor que mais emprega nos municípios da Microrregião, representando em 2010 35,66% do total dos vínculos empregatícios, enquanto no Estado os serviços são as atividades que mais empregam representando no mesmo ano 39,92% do total. Porém esses dois ramos vem perdendo representatividade em relação ao comércio se compararmos os dados de 2010 com relação a 1998, tanto para os municípios da Microrregião quanto para o Estado, onde a indústria representava em 1998 36,54% do total dos empregos formais na Microrregião passando para 35,66% em 2010 já em Santa Catarina esses dados passaram de 34,87% para 33,27% do total no mesmo período. Em relação aos serviços a representatividade caiu de 34,29% e 42,10% do total em 1998 na Microrregião e no Estado respectivamente, para 31,05% e 39,92% do total em 2010. O setor agropecuário apresenta-se como o menor gerador de empregos formais na Microrregião, porém conforme pesquisa feita com o secretário e coordenador do movimento econômico da AMESC e dos dados apresentados anteriormente, a Microrregião é fortemente dependente da agricultura, sendo assim, um dos fatores atrelados ao baixo número de empregos formais constatados, se deve ao elevado grau de informalidade que existe no setor.

Tabela 18 – Número de empregos formais segundo grande setor IBGE, dos municípios, da AMESC e de Santa Catarina, 1998*, 2004 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	1998					2004					2010				
	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil
Araranguá	50	1.666	2.108	1.822	136	227	3.720	3.370	2.963	184	330	3.595	4.703	4.495	483
Balneário Arroio do Silva	10	3	23	190	7	72	32	106	248	11	1	262	231	368	14
Balneário Gaivota	27	50	35	124	0	26	112	175	188	3	24	168	235	328	13
Ermo	14	33	5	56	0	7	30	35	80	0	21	66	35	117	0
Jacinto Machado	23	242	71	332	0	19	553	188	385	8	12	737	373	578	23
Maracajá	6	321	186	179	1	26	489	183	317	20	0	494	357	490	85
Meleiro	9	122	91	230	11	12	310	191	266	0	9	436	307	439	12
Morro Grande	1	81	19	51	0	0	114	28	86	0	0	1.656	50	157	2
Passo de Torres	0	10	72	124	1	0	167	111	231	0	2	108	150	310	79
Praia Grande	0	439	74	249	2	0	448	142	297	36	2	621	241	411	28
Santa Rosa do Sul	2	20	32	192	0	1	135	132	399	0	1	296	231	447	19
São João do Sul	21	14	48	145	0	5	56	81	176	0	0	139	143	255	2
Sombrio	5	1.700	571	723	15	7	2.397	1.123	1.097	30	12	2.805	2.082	1.461	46
Timbé do Sul	1	81	81	199	4	12	107	104	254	0	3	172	115	315	21
Turvo	32	486	231	328	180	62	930	532	606	264	93	1.285	844	1.008	556
AMESC	201	5.268	3.647	4.944	357	476	9.600	6.501	7.593	556	510	12.840	10.097	11.179	1.383
Santa Catarina	27.932	329.624	152.886	397.967	36.833	44.274	498.525	258.554	560.951	43.943	43.105	655.295	395.888	786.321	89.045

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo Autor.

* Optou-se por utilizar apenas dados a partir de 1998, pois é o ano que se encontra com a configuração atual dos municípios da Microrregião.

Com relação aos maiores municípios da Microrregião, o secretário também falou que o município de Sombrio encontra-se com um parque industrial melhor estruturado do que Araranguá, situado ao longo da BR-101 e fundado principalmente na indústria de confecção local. Já no município de Araranguá, segundo o secretário, apesar do desenvolvimento da infra-estrutura do município a partir dos investimentos feitos pelos dois últimos prefeitos, ainda falta uma maior fomentação para o desenvolvimento das suas indústrias, sendo que o município ainda não possui um parque industrial totalmente formulado. Segundo ele, diferentemente de algumas das principais cidades polos do Estado, como Criciúma, Joinville e Blumenau, os maiores investimentos em Araranguá são destinados ao comércio e aos serviços, ficando o setor industrial em segundo plano.

Tais características podem ser observadas a partir da tabela 18 onde no ano de 2010 em Sombrio a indústria, comércio e serviços representavam 43,79%, 32,50% e 22,81% respectivamente, já em Araranguá esses dados eram de 26,42%, 34,57% e 33,04%. Essa alta representação no número de empregos formais na indústria e no comércio nesses municípios, sobretudo em Sombrio está atrelado ao crescimento dos centros comerciais varejista e atacadista, que fazem a venda das peças de vestuário direto das indústrias locais, como será assinalado a seguir. Destaque também para o município de Morro Grande, onde em 2010 mais de 88% dos empregos formais correspondia ao setor industrial, muito devido à empresa Tramonto já citada anteriormente que emprega boa parcela da mão-de-obra do município.

A tabela 19 mostra a evolução da quantidade de empregos formais de algumas das principais atividades industriais na Microrregião do Extremo Sul Catarinense ao longo das décadas de 1990 e 2000. Conforme citado anteriormente a indústria de alimentos da Microrregião vem em constante crescimento, principalmente atrelado ao beneficiamento do arroz e processamento da carne de frango. No período constatado na tabela houve um alto nível de expansão nos empregos formais deste setor, chegando em 2010 a mais de oito vezes o número de empregados em relação a 1990. A partir da tabela também é possível verificar uma perda do dinamismo nas indústrias de calçados locais, principalmente a partir da abertura comercial e da valorização da moeda nacional que prejudicou as exportações brasileiras, e locais. Neste mesmo período houve um grande crescimento na quantidade de empregos formais na indústria de confecção que se desenvolveu na Microrregião, como vai ser visto no tópico seguinte.

Tabela 19 – Número de empregos formais de algumas das principais atividades industriais da Microrregião do Extremo Sul Catarinense 1990-2010

Ano	Indústria Têxtil	Crescimento Anual %	Indústria de Calçados	Crescimento Anual %	Alimentos e Bebidas	Crescimento Anual %
1990	448	-	2.734	-	414	-
1991	386	-13,84%	2.741	0,26%	513	23,91%
1992	404	4,66%	2.773	1,17%	459	-10,53%
1993	542	34,16%	3.075	10,89%	485	5,66%
1994	634	16,97%	1.703	-44,62%	1.521	213,61%
1995	446	-29,65%	1.130	-33,65%	938	-38,33%
1996	435	-2,47%	639	-43,45%	790	-15,78%
1997	683	57,01%	688	7,67%	836	5,82%
1998	858	25,62%	587	-14,68%	894	6,94%
1999	1.009	17,60%	769	31,01%	864	-3,36%
2000	1.370	35,78%	955	24,19%	1.097	26,97%
2001	1.539	12,34%	915	-4,19%	1.212	10,48%
2002	1.788	16,18%	932	1,86%	1.372	13,20%
2003	2.021	13,03%	923	-0,97%	1.481	7,94%
2004	2.073	2,57%	754	-18,31%	1.636	10,47%
2005	2.118	2,17%	503	-33,29%	1.499	-8,37%
2006	2.503	18,18%	495	-1,59%	1.577	5,20%
2007	2.687	7,35%	725	46,46%	2.189	38,81%
2008	2.922	8,75%	556	-23,31%	2.539	15,99%
2009	2.985	2,16%	491	-11,69%	2.829	11,42%
2010	3.577	19,83%	635	29,33%	3.450	21,95%
Crescimento Acumulado 1990 = 100	-	798,44%	-	23,23%	-	833,33%

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo Autor.

4.4.2 Indústria Vestuarista

Conforme apontado anteriormente a indústria de confecção da Microrregião se desenvolveu atrelada ao crescimento do “turismo de compra” comum no Estado de Santa Catarina. Segundo Goularti Filho (2007) esse roteiro de compras formou-se desde a região de Brusque com as tradicionais indústrias têxteis chegando ao Sul do Estado, onde se construiu a partir da década de 1980 e intensificado nas décadas de 1990 e 2000 um complexo de centros comerciais as margens da BR-101, em municípios como Imbituba, Tubarão, Criciúma, Araranguá e Sombrio.

Na Microrregião esses empreendimentos ganharam força, conforme Beltrão (2001), a partir da reorientação de capitais do ramo dos calçados que se encontrava em crise para o setor têxtil/vestuarista em expansão e também pela fácil adaptação da mão-de-obra dos calçados para o setor de confecção de roupas. Conforme tabela 20, verifica-se que o setor movimentou bastante a mão-de-obra local, onde houve um grande número de admissões e desligamentos ao longo de 2007 a 2012 nos dois maiores municípios da Microrregião, com destaque para Sombrio, que obteve melhor variação que Araranguá no período.

Tabela 20 – Número de Admissões, Desligamentos e Número de estabelecimentos da Indústria de Vestuário em Araranguá e Sombrio, 2007-2012

Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos
2007-2012
Araranguá
Número de Admissões: 3254
Número de Desligamentos: 3301
Variação -47
Total de estabelecimentos: 225
Sombrio
Número de Admissões: 7127
Número de Desligamentos: 6583
Variação 544
Total de estabelecimentos: 235

Fonte: MTE/CAGED, elaborada pelo Autor.

Assim, até a primeira metade dos anos de 1990 estruturou-se ao longo da BR-101, conforme Figura 6 uma rede de revendas direto das indústrias vestuaristas da região (outlets), mesclando o desenvolvimento das atividades industriais locais com as atividades de comércio atacadista e varejista.

Porém no ano de 2003 procurando se adaptar as transformações constantes no mercado, inauguram-se dois novos centros comerciais, um no município de Sombrio, o Shopping Litoral Sul e outro no município de Araranguá, o Aravest Shopping Atacadista voltados apenas para o mercado de atacado. Segundo informações coletadas em trabalhos e nas pesquisas de campo, a migração e especialização no atacado se deram pela dificuldade de concorrer com os produtos mais simples, provenientes do exterior, e que necessitam de custo de mão-de-obra mais baixo, devido também a redução de custos com distribuidores e representantes e a maior facilidade no escoamento das mercadorias evitando grandes quantidades de estoques.

Atualmente nas margens da BR-101 também funcionam outros Shoppings como o Portal Shopping, no município de Maracajá que foi inaugurado no segundo semestre de 2010 e abriu suas portas com 34 lojas, sendo que 25 delas são de indústrias do Sul de Santa Catarina e as restantes de outras regiões do Estado e do Rio Grande do Sul¹³. O Shopping de Atacado Prime¹⁴ que foi inaugurado no segundo semestre de 2012, atualmente funcionando mais de 40 lojas, sendo este uma extensão do Super Center Japonês, do município de Sombrio, sendo que este segundo continuou apenas com as atividades do comércio varejista em Sombrio, desvinculando o setor atacadista que migrou para o município de São João do Sul. Este, estrategicamente localizado em sentido Sul-Norte para atender principalmente as excursões de lojistas provenientes do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano houve a expansão de um segundo Shopping Litoral Sul no município de Cedral/SP próximo da divisa com o município de São José do Rio Preto/SP que auxiliou na expansão das marcas locais para fora da região Sul do País¹⁵.

A partir do surgimento desses centros de atacados de confecção, formou-se um verdadeiro corredor de desenvolvimento socioeconômico às margens da BR 101, onde a maioria desses encontram-se localizados. Por consequência, incrementou outro ramo, o Turismo de Compras, que recebe a cada ano, milhares de lojistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e que antes desse advento, dirigiam suas compras ao eixo Brusque – São Paulo. O encurtamento da distância e a qualidade da moda produzida nessa região, que oferece um mix bem variado de diversidade de marcas e criações atrai a atenção e encanta a clientela¹⁶.

Em Criciúma há o Shopping TAC (Tubarão Atacado de Confecções) inaugurado no município em 2009. Conforme o presidente, Genésio Vergílio Pereira, a decisão de instalar o TAC em Criciúma¹⁷ migrando do município de Tubarão, foi com o objetivo de aproximá-lo dos outros centros pertencentes ao bloco, como o Pórtico, Aravest e Japonês, e também dos clientes gaúchos que representam grande parcela da compra dos Shoppings. Em conjunto, eles

¹³ Disponível em:

<<http://www.grupocorreiodosul.com.br/jornal/noticias/variedades/nestedomingoinauguroportalshoppingdemaracaj-/>>. Acesso em 10 nov. 2013.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.grupocorreiodosul.com.br/jornal/noticias/principal/shoppingprimelan-as-ojo-odosulcomopolodecompras/>>. Acesso em 10 nov. 2013.

¹⁵ Disponível em:

<<http://www.diarioweb.com.br/novoportal/noticias/economia/79044,,Grupo+vai+instalar+shopping+atacadista+de+confeccoes.aspx>>. Acesso em 10 nov. 2013.

¹⁶ Disponível em: <<http://sortimento.sortimentos.com.br/revista-sul-fashion-pesquisa-industria-de-moda-de-santa-catarina/>>. Acesso em 10 nov. 2013.

¹⁷ Disponível em: <http://www3.engeplus.com.br/conteudo.php?int=noticia&codigo_not=13145>. Acesso em 10 nov. 2013.

formam uma rota considerada importante pelos agentes de moda que trazem lojistas, regularmente, para comprar nesses centros atacadistas.

Muitas empresas da Microrregião além dos centros comerciais locais também possuem lojas em São Paulo, Brusque entre outros lugares buscando expandir seus mercados consumidores.

Segundo os empresários entrevistados, os lojistas vem para a região buscar principalmente moda, entre suas diversas ramificações como moda fashion, moda balada, moda casual, mas sobretudo do gênero feminino, que costuma ter uma maior nível de exigência, procurando a qualidade das peças locais. Essa qualidade em muito é devido a fácil adaptação da mão-de-obra dos calçados para o vestuário. Segundo exemplo de um dos empresários, nos ateliês de calçados muitas coisas eram feitas de maneira manual, os empregados tinham que costurar um par de sapatos a mão, exigindo maior técnica, hoje com a evolução das maquinas de costura tudo ficou mais fácil.

Nesse sentido as indústrias da Microrregião procuraram se adaptar tendo como espelho os mercados de São Paulo e da Europa. As mercadorias têm como diferencial sua principal característica, sendo que normalmente são produzidas poucas peças de um mesmo modelo, ou seja, quantidade pequena de mercadoria, mas com maior variedade para atrair o cliente. A rapidez da moda é fator determinante para o desenvolvimento dessas empresas que procuram não deixar o cliente vir em suas lojas duas vezes sem uma novidade. Atualmente as coleções são feitas alinhados aos mercados internacionais, sendo elas, Outono/Inverno e Primavera/Verão, porém conforme se constatou uma outra forma de diferenciar a produção é o lançamento de novas peças de forma quinzenal, onde são retiradas aquelas peças que não obtêm volumes de venda suficiente e são substituídas por outras novas.

A evolução nos meios de comunicação através da velocidade da Informação foi considerada um elemento importante para o acompanhamento da moda no mercado internacional, com a dificuldade das empresas menores em fazerem viagens para São Paulo ou mesmo Europa uma das formas utilizadas para acompanhar as tendências são sites pagos, blogs, vídeos conferências entre outros. Normalmente esses sites especializados são feitos por pessoas que trabalham viajando, como por exemplo, para a Europa e postam nos seus sites as tendências, ou transmitem em forma de vídeo conferência.

A velocidade na informação também eleva o nível de exigência dos consumidores que costumam chegar a loja já querendo um produto específico.

Segundo um dos empresários entrevistados que começou suas atividades na produção de peças mais simples, está difícil competir com as mercadorias provenientes principalmente

da Ásia, sendo que este já começara a migrar para a produção de peças que tem como diferencial a moda. De acordo com ele, o custo de uma camiseta simples pronta proveniente da China gira em torno do custo da sua mãe-de-obra dificultando a concorrência com tais mercadorias.

A maioria das empresas locais já começaram a importar a matéria prima da China, para baratear custos, por exemplo, enquanto pagavam em um lacre R\$ 0,26 centavos em média no Brasil agora é possível importar da China por R\$ 0,08 centavos. Atualmente boa parte do tecido comprado também é importado, retirando o custo do importador e fazendo parcerias, direto com as fábricas internacionais.

Visando reduzir custos as empresas trabalham com boa parte de sua produção de maneira terceirizada. Um dos empresários informou que a produção da sua fábrica era 100% terceirizada através das facções nos municípios locais (Araranguá, Jacinto Machado, Ermo, Turvo, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva). Dentre os benefícios encontrados está a maior flexibilidade, se precisar diminuir a produção, não vai haver maiores problemas demitindo funcionários, porém acaba se perdendo um pouco do controle de qualidade do produto e o preço para a produção das peças se torna mais caro. Outro problema observado também, através das entrevistas feitas, é a dificuldade de se conseguir montar uma fábrica com costureiras próprias, pois se contrata uma costureira e a treina para ter um bom nível de experiência, porém com o tempo ela sai, e cria sua própria facção onde pode trabalhar em casa e obter maiores rendimentos.

Outro problema no desenvolvimento desse setor industrial é a falta de mão-de-obra qualificada, nesse sentido os cursos técnicos oferecidos pelo IFSC em Araranguá relacionados a indústria têxtil tem ajudado na melhoria da qualidade local, porém segundo as pesquisas feitas o que falta é mão-de-obra com maior nível de experiência e conhecimento prático. Neste sentido, a proposta de abertura do SENAI¹⁸ no município de Sombrio em 2014, oferecendo cursos técnicos desponta como uma importante fonte de melhoria da mão-de-obra local, visto que, até então o local mais próximo que tinha instalações do SENAI era no município de Criciúma.

Outro fator levantado quanto as dificuldades do desenvolvimento do setor na região está na falta de um grande investimento por parte do governo em questão de aperfeiçoamento da mão-de-obra, a rigorosidade na cobrança das leis trabalhistas e os altos tributos governamentais.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.sombrio.sc.gov.br/noticia/2013/07/empresarios-de-sombrio-aderem-ao-movimento-do-sistema-fiesc>>. Acesso em 10 nov. 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foram marcados por grandes transformações na economia brasileira. As dificuldades de obtenção de novos investimentos no mercado externo, a partir da elevação dos preços internacionais, sobretudo do petróleo, a elevação das taxas de juros norte-americanas e a sobrevalorização do dólar colocaram em xeque o padrão de crescimento da economia nacional. Padrão este que era estruturado na forte participação do Estado como agente fomentador da economia e nas políticas de substituição de importações.

Nesse sentido o que se presenciou na política brasileira a partir dos anos de 1980 e 1990 foi o fortalecimento das ideias neoliberais, através da redução do papel do Estado na economia, privatização das empresas estatais, ajustes na política econômica visando reduzir custos e a abertura comercial impondo a necessidade de reestruturação produtiva por parte das empresas nacionais.

Essas políticas adotadas pelo Governo Nacional afetaram fortemente as empresas brasileiras que estavam acostumadas a receber subsídios para a produção e proteção de mercado com garantias de compra de suas mercadorias. Com a entrada de produtos provenientes do exterior por preços menores, e as dificuldades de oferecer produtos atualizados aos preços que eles poderiam ser importados, assim as empresas nacionais foram forçadas a se adaptarem às novas exigências para que pudessem permanecer no mercado.

Esses impactos foram sentidos nas diferentes esferas econômicas, em Santa Catarina não foi diferente. A análise deste trabalho deixou clara algumas modificações ocorridas na Microrregião do Extremo Sul Catarinense entre o período de passagem do século XX para o XXI.

No setor primário regional, seguindo uma tendência global há a predominância dos grandes agricultores se fortalecerem nos cultivos que exigem maiores níveis de investimento, sejam em máquinas agrícolas, como tratores, colheitadeiras ou em insumos químicos, como, adubos, agrotóxicos, fertilizantes, e a especialização em uma única atividade. Já os pequenos agricultores, característica predominante na Microrregião, tendem a ter um maior número de atividade, embora em menor volume, muitas vezes servindo apenas como fonte de renda secundária. Juntamente a isso a migração para os cultivos com menor grau de tecnificação necessitando de maior número de trabalhadores é comum, visto que, estes agricultores podem se utilizar da mão-de-obra familiar. Todavia um dos problemas para o pequeno agricultor nos

últimos anos é o crescimento da fiscalização das relações trabalhistas, dificultando os vínculos empregatícios, sobretudo na agricultura que costuma ser familiar e/ou informal.

A migração de jovens dos municípios menores, mais rurais, situados na encosta da Serra Geral para aqueles situados na faixa litorânea, com maior número de habitantes e por consequência de oferta de emprego, também é uma característica marcante na Microrregião. Essa característica assinala o decréscimo da população e o maior grau de envelhecimento da população nesses municípios exportadores de jovens, em muitos casos impossibilitando a continuidade do trabalho familiar no campo.

O crescimento da população idosa nos municípios praieiros também é comum na Microrregião, a partir da ida de aposentados dos municípios vizinhos como Araranguá, Sombrio, Turvo e também de alguns outros do Rio Grande do Sul, buscando particularmente maior descanso e qualidade de vida.

No setor rural a grande concentração do valor das vendas em apenas três produtos indica um problema, dado que o fumo vem passando por dificuldades devido ao aumento das alíquotas de impostos sobre a produção e da conscientização da população contra o seu consumo. No caso da produção de arroz e a criação de frangos para abate, há o problema do elevado grau de tecnificação que esses produtos exigem, ficando concentrada nas mãos de poucos produtores. Junto a isso, a economia microrregional fica muito suscetível a problemas na safra/queda da produção, decréscimo do preço, problemas ambientais, desses respectivos produtos.

Porém é sobretudo em relação ao setor industrial que se pode perceber maior ligação entre a dinâmica da globalização e as mudanças regionais. A abertura comercial presenciada pela economia brasileira a partir dos anos de 1990, junto da valorização da moeda nacional e a elevação no nível de concorrência prejudicaram a produção calçadista local. Esta teve poucos avanços em questão de melhorias na produção não havendo investimentos em máquinas e equipamentos atualizados, fazendo com que o produto local tivesse baixo valor agregado. A produção de calçados da Microrregião, a partir da entrada de mercadorias provenientes principalmente da Ásia, que começaram a abastecer tanto o mercado nacional quanto o internacional com mercadorias de qualidade semelhante, todavia por valores menores, passou então a ter maiores dificuldades de concorrência, freando a produção exportadora local, fazendo com que muitas empresas falissem. Esse movimento fez com que houvesse uma realocação de parte da mão-de-obra das costureiras da Microrregião para o setor vestuarista em expansão, devido ao crescimento dos Centros Atacadistas as margens da BR-101.

Notou-se também que, a partir da última década, a indústria vestuarista local, procurando se adaptar às novas exigências do mercado consumidor, voltou-se totalmente para o mercado interno através do comércio atacadista. Buscando assim reduzir custos, através do fornecimento de produtos de forma direta, nas redes de Shopping especializadas em atacados que se situam nos municípios de Araranguá, Maracajá, São João do Sul e Sombrio, ficando estes às margens da BR-101.

O aumento da velocidade e dinamização da informação a partir da melhoria nos meios de comunicação presenciados nas últimas décadas, também serviram como fonte influenciadora da moda na Microrregião. Os produtores locais procurando se adaptar as novas tendências do mercado, deslocaram sua produção para mercadorias com maior nível de qualidade, formando um elemento importante no distanciamento da concorrência de produtos mais básicos e baratos, importados por custos menores de outros países, como a China.

Com relação ao mercado de trabalho seguindo a tendência estadual, há um aumento na participação dos setores de comércio e da construção civil sobre o total, porém este primeiro mais acentuado na Microrregião, em parte devido ao comércio varejista e atacadista atrelado as indústrias de confecções locais. Quanto à agropecuária ainda há muita informalidade com relação aos vínculos empregatícios, o que acaba prejudicando a produção local devido ao crescimento da fiscalização e aumento da rigorosidade das leis por parte do Ministério do Trabalho.

Quanto às medidas para a melhoria na mão-de-obra local, está o desenvolvimento do ensino na região a partir da UFSC, do IFSC, do IFC e da abertura do SENAI em Sombrio, podendo facilitar a qualificação da mão-de-obra, principalmente se forem criados cursos ligado a realidade das atividades produtivas locais. O término da duplicação da BR-101 na Microrregião também pode se tornar fator importante para a facilitação do escoamento das mercadorias locais e para a atração de novos compradores dos produtos das empresas da Microrregião.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Pedro Assumpção. **Deslocamentos Espaciais da População e Dinâmica Econômica no Estado de Santa Catarina: Urbanização, Migração e Metropolização – 1950/2000**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- AMESC. **Relatório do movimento econômico da Microrregião do Extremo Sul Catarinense**, 2012.
- ARROYO, Monica. Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências. In: SCARLATO, Francisco C. et al. (orgs.). **Globalização e espaço latino-americano**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 122-131.
- BATISTA DA SILVA, M. V.; CAVALCANTI, G. A. **Concorrência e desempenho econômico: um estudo multicaso de empresas da indústria paraibana no período 1990/98**. Textos para Discussão, n.207. João Pessoa: Curso de Mestrado em Economia - CME/UFPB, 2000.
- BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). **Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBBET, 1996. p. 55-73.
- BELTRÃO, Leila M. V. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.
- BRIGHTWELL, Maria Conceição das Graças Santos Luiz; NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **Saberes e sabores de Praia Grande: práticas alimentares, memórias e história**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- CAMARGO, F. S.; GUILHOTO, J. J. M.. **O Impacto da Globalização na Indústria Têxtil, 1990 A 1999**. Em: II Encontro de Estudos Regionais e Urbanos, 2002.
- CASTRO, A. B. de. “A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação”, **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 03, p. 03-26, jul./set. 2001.
- CASTRO, A. B. de; PROENÇA, A. **Novas Estratégias Industriais: Sobrevida ou Inflexão?** Rio de Janeiro: FINEP, DRH, 2001.
- COUTINHO, Luciano G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). **Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBBET, 1996. p. 219-237.
- DALL’ALBA. João L. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Santa Catarina em dados**. Florianópolis: FIESC, 2013. Disponível em:

<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46>. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de F. (1999). **Industrialização, questão ambiental e Mercosul**. Geografia (Londrina), v. 8, n. 2, p. 161-174.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOULARTI FILHO, A. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1995. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Diversificação produtiva no sul de Santa Catarina: uma contribuição à história econômica regional. In: GOULARTI FILHO, A. (org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense II**. Criciúma: UNESC, 2005. p. 13-28.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: editora da UFSC, 2007.

_____. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: LINS, Hoyêdo Nunes, MATTEI, Lauro (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.

_____. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

GOULARTI FILHO, A.; JENOVEVA NETO, R. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

GRACIOLLI, Priscila. VARGAS, Geraldo Teixeira. O ajuste regressivo do setor de calçados em Araranguá nos anos de 1990. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense II**. Criciúma: UNESC, 2005. p. 121-138.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930**. Araranguá: Palmarinca/EST, 1994.

JORGE, Tiago P. **Características econômicas e sociais da região da AMESC: uma análise entre o rural e o urbano**. Monografia apresentada à Universidade do Extremo Sul Catarinense, Curso de Ciências Econômicas. Criciúma, 2012. Orientador: Dimas de Oliveira Estevam.

LAGES, André M. G. **Concorrência, globalização e desenvolvimento: elementos para discussão à luz da experiência brasileira**. Texto para discussão nº426. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1998.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINS, Hoyêdo N. (2001). A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. **Ensaio FEE**, v. 22, n. 2, p.78-101.

_____. **Reestruturação industrial em Santa Catarina:** pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: UFSC, 2000.

_____. (2002). Travessuras da economia-mundo: globalização, blocalização, precarização. **Textos de Economia**, v. 7, n. 1, p.169-193.

_____. Vinte anos de Mercosul: As partes e o todo. Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional ABRI. **Anais...** 2011.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, Lauro. A socioeconomia catrinense no limiar do Século XXI. In: **Padrão competitivo e dinâmica econômica: estudos sobre setores selecionados em Santa Catarina**. CARIO, S.; BARBOSA PEREIRA, L.; KOEHLER, M (orgs.). Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século In: LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, Lauro (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 109-155.

LOPES, H. C.; MARION FILHO, P. J. **Mudança estrutural e competitividade:** um estudo da alteração do padrão de concorrência do setor calçadista do Rio Grande do Sul. Documento de trabalho, 2001.

MACIEL, Sérgio Giovani. **Raízes locais do atraso industrial de Araranguá**. Monografia apresentada à Universidade do Extremo Sul Catarinense, Curso de Ciências Econômicas. Criciúma, 2006. Orientador: Alcides Goularti Filho.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 389-481, jul.-set. 1965.

MASSUQUETTI, Angélica. et al. Desenvolvimento regional e desenvolvimento rural: um estudo da SDR Araranguá - Santa Catarina. Artigo apresentado no 48º congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

MARCELINO, Emerson Vieira. Diagnóstico das formas de uso e ocupação do espaço urbano do município de Jacinto Machado (SC). **Caminhos da Geografia – Revista on line**. Instituto de Geografia (UFU). 2003. p. 54-74.

MATTEI, Lauro. **Economia catarinense:** crescimento com desigualdades regionais. Artigo apresentado no 5º encontro de economia catarinense. APEC, Florianópolis, 2011. Disponível em:
<http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

MELETTI, L.M.M. Avanços na cultura do maracujá no Brasil. **Revista brasileira de Fruticultura**. Jaboticabal-SP, v.33, n. 01, 2011. p. 83-91.

MILIOLI, Geraldo. **Abordagem ecossistêmica para a mineração: uma perspectiva comparativa para Brasil e Canadá.** Tese de Doutorado em Gestão de Qualidade Ambiental, Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MIOTO, Beatriz T. (2012). Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, ano 1, n.1, p. 31-36.

MIRANDA, Jose C. Reestructuracion industrial en un contexto de inestabilidad macroeconomica. El caso de Brasil. In: KATZ, Jorge M (org.). **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector latinoamericano em los años 90.** Buenos Aires: Alianza, 1996. p. 163-190.

RAMOS, Janaína. **O complexo agroindustrial do arroz irrigado no Extremo Sul Catarinense.** Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças, espaço de diálogos e praticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre – RS.

RAMOS, Leonardo C. S. Globalização: do que se trata afinal? In: _____. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. p. 99-120.

ROCHA, F. G. **Os subespaços rurais na expansão urbana de Araranguá – SC.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SAVI, Hilário. **Timbé do Sul: um pouco de sua história.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em Números.** Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/relatoriomunicipal.asp/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

_____. **Santa Catarina em Números.** Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/santa-catarina/acesse/estudos-e-pesquisas/sc-em-numeros/municipais/relatorios-municipais/>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

YOGUEL, Gabriel. Reestructuracion economica, integracion y PIMES: el caso de Brasil y Argentina. In: KATZ, Jorge M (org.). **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector latinoamericano em los años 90.** Buenos Aires: Alianza, 1996. p. 577-625.

APÊNDICE A – Tabelas complementares

Tabela 21 – Número de empregos formais segundo setor CNAE 95*, dos municípios, da AMESC e de Santa Catarina, 2000

Municípios, AMESC e Santa Catarina	1	15	18	19	26	29	36	45	50	51	52	60	75	Outros	Total
Araranguá	37	166	550	638	149	236	379	210	648	202	1.585	395	527	1.886	7.608
Balneário Arroio do Silva	0	1	5	0	0	0	0	5	0	0	50	0	121	49	231
Balneário Gaivota	8	0	6	0	0	0	0	0	6	1	60	5	0	76	162
Ermo	4	13	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0	65	15	102
Jacinto Machado	10	146	5	0	10	1	118	0	24	7	84	42	151	186	784
Maracajá	19	13	190	3	12	0	4	15	49	63	52	53	97	159	729
Meleiro	6	96	0	0	28	0	36	0	41	9	81	6	171	119	593
Morro Grande	0	29	28	0	0	0	1	0	3	0	14	0	46	37	158
Passo de Torres	9	36	0	194	0	0	0	6	2	8	19	0	131	26	431
Praia Grande	1	28	5	206	0	0	22	3	22	7	65	5	196	343	903
Santa Rosa do Sul	3	31	0	0	34	0	22	0	5	18	35	20	161	120	449
São João do Sul	25	8	1	16	0	2	0	0	12	5	46	0	116	59	290
Sombrio	8	271	461	598	429	4	85	5	143	85	483	178	318	581	3.649
Timbé do Sul	0	3	2	0	2	0	29	2	15	0	82	7	173	80	395
Turvo	26	248	41	19	18	11	48	218	106	2	169	35	222	411	1.574
AMESC	156	1.089	1.294	1.674	682	254	744	464	1.079	408	2.826	746	2.495	4.147	18.058
Santa Catarina	25.449	55.651	56.384	6.157	22.275	22.429	29.770	37.519	33.801	27.653	120.268	36.257	153.311	451.005	1.077.929

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo Autor.

* Optou-se por utilizar CNAE 95, visto que CNAE 2.0 só passou a existir a partir do ano de 2006.

Legenda: 1 - Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados; 15 - Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas; 18 - Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios; 19 - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados; 26 - Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos; 29 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos; 36 - Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas; 45 - Construção; 50 - Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; 51 - Comércio por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio; 52 - Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos; 60 - Transporte Terrestre; 75 - Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.

Tabela 22 – Número de empregos formais segundo setor CNAE 95*, dos municípios, da AMESC e de Santa Catarina, 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	1	15	18	19	26	29	36	45	50	51	52	60	75	Outros	Total
Araranguá	316	185	820	338	216	766	254	483	1.246	465	2.992	787	957	3.781	13.606
Balneário Arroio do Silva	1	44	72	0	4	0	0	14	20	6	205	2	243	265	876
Balneário Gaivota	9	10	49	30	8	0	11	13	10	31	194	18	261	124	768
Ermo	21	9	1	0	0	0	0	0	23	3	9	1	108	64	239
Jacinto Machado	12	439	129	0	12	2	78	23	84	31	258	57	298	300	1.723
Maracajá	0	46	238	0	60	0	15	85	87	136	134	160	157	308	1.426
Meleiro	9	253	20	0	41	34	0	12	55	74	178	54	226	247	1.203
Morro Grande	0	1558	45	0	0	0	3	2	7	6	37	1	125	81	1.865
Passo de Torres	2	19	9	3	7	0	3	79	14	16	120	1	232	144	649
Praia Grande	2	56	22	1	10	0	46	28	46	8	187	3	257	637	1.303
Santa Rosa do Sul	1	137	34	5	9	1	17	19	48	45	138	51	260	229	994
São João do Sul	0	20	29	0	18	4	8	2	20	29	94	15	186	114	539
Sombrio	12	186	1.470	388	446	1	71	46	309	570	1.203	200	553	951	6.406
Timbé do Sul	2	4	40	0	0	0	65	21	14	1	100	13	207	159	626
Turvo	50	468	282	25	25	20	139	556	228	110	506	161	317	899	3.786
AMESC	437	3.434	3.260	790	856	828	710	1.383	2.211	1.531	6.355	1.524	4.387	8.303	36.009
Santa Catarina	34.697	100.815	102.856	10.625	34.549	50.221	31.526	89.045	72.623	68.971	254.294	70.436	233.535	815.461	1.969.654

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo Autor.

* Optou-se por utilizar CNAE 95, visto que CNAE 2.0 só passou a existir a partir do ano de 2006.

Legenda: 1 - Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados; 15 - Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas; 18 - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; 19 - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados; 26 - Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos; 29 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos; 36 - Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas; 45 - Construção; 50 - Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; 51 - Comércio por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio; 52 - Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos; 60 - Transporte Terrestre; 75 - Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.

Tabela 23 – Número de empregos formais segundo tamanho da empresa, dos municípios, da AMESC e de Santa Catarina, 2000 e 2010

Municípios, AMESC e Santa Catarina	2000									2010								
	De 1 a 4 empregados	De 5 a 9 empregados	De 10 a 19 empregados	De 20 a 49 empregados	De 50 a 99 empregados	de 100 a 249 empregados	De 250 a 499 empregados	De 500 a 999 empregados	1000 ou mais empregados	De 1 a 4 empregados	De 5 a 9 empregados	De 10 a 19 empregados	De 20 a 49 empregados	De 50 a 99 empregados	de 100 a 249 empregados	De 250 a 499 empregados	De 500 a 999 empregados	1000 ou mais empregados
Araçuaí	1.383	914	1.177	1.180	776	1.408	254	516	0	2.299	2.129	2.264	2.290	1.181	1.375	620	1.448	0
Beleário Arroio do Silva	65	25	0	20	0	121	0	0	0	161	147	92	119	0	357	0	0	0
Beleário Góvota	45	42	75	0	0	0	0	0	0	154	126	165	68	0	0	255	0	0
Ermo	10	14	13	0	65	0	0	0	0	37	41	29	28	0	104	0	0	0
Jacinto Machado	174	93	85	153	130	149	0	0	0	244	182	104	362	541	0	290	0	0
Maracajá	110	108	109	136	265	0	0	0	0	204	188	237	389	254	154	0	0	0
Mélio	121	105	38	172	0	157	0	0	0	224	200	252	121	195	211	0	0	0
Morro Grande	28	6	25	99	0	0	0	0	0	61	18	24	85	0	120	0	0	1.557
Passo de Torres	35	39	0	36	0	321	0	0	0	141	83	87	112	0	226	0	0	0
Praia Grande	136	99	34	46	276	312	0	0	0	208	149	194	157	345	0	250	0	0
Santa Rosa do Sul	75	50	62	101	0	161	0	0	0	216	164	80	165	121	248	0	0	0
São João do Sul	60	37	53	24	0	116	0	0	0	165	99	27	20	50	178	0	0	0
Sombrio	609	403	469	648	593	612	315	0	0	1.069	1.246	1.119	1.075	685	688	0	524	0
Timbé do Sul	66	103	55	0	0	171	0	0	0	104	103	64	155	0	200	0	0	0
Turvo	292	285	203	174	125	495	0	0	0	505	512	678	730	385	664	312	0	0
AMESC	3.209	2.323	2.398	2.789	2.231	4.023	569	516	0	5.792	5.387	5.416	5.876	3.757	4.525	1.727	1.972	1.557
Santa Catarina	126.277	108.219	113.188	140.984	99.421	129.579	93.638	83.321	183.302	211.956	203.158	225.898	271.073	183.564	221.142	160.417	151.079	341.367

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo Autor.